

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL**  
**ÁREA DO CONHECIMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**CINARA CAMANA**

**FORMAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DE UMA COOPERATIVA DE  
CRÉDITO DO RIO GRANDE DO SUL**

**CAXIAS DO SUL**

**2018**

**CINARA CAMANA**

**FORMAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DE UMA COOPERATIVA DE  
CRÉDITO DO RIO GRANDE DO SUL**

Monografia apresentada como requisito  
para a obtenção do Grau de Bacharel em  
Ciências Contábeis da Universidade de  
Caxias do Sul

Orientador TCC I: Prof. Me. Leandro  
Rogério Schiavo  
Orientador TCC II: Prof. Dr. Fernando Luis  
Bertolla

**CAXIAS DO SUL**

**2018**

**CINARA CAMANA**

**FORMAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DE UMA COOPERATIVA DE  
CRÉDITO DO RIO GRANDE DO SUL**

Monografia apresentada como requisito  
para a obtenção do Grau de Bacharel em  
Ciências Contábeis da Universidade de  
Caxias do Sul

Orientador TCC I: Prof. Me. Leandro  
Rogério Schiavo  
Orientador TCC II: Prof. Dr. Fernando Luis  
Bertolla

Aprovado (a) em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

**Banca Examinadora:**

Presidente

-----  
Prof. Dr. Fernando Luis Bertolla)  
Universidade de Caxias do Sul - UCS

Examinadores:

-----  
Prof. Me Elias Milton Denicol  
Universidade de Caxias do Sul - UCS

-----  
Prof. Me Eduardo Tomedi Leites  
Universidade de Caxias do Sul - UCS

Dedico este trabalho a toda a minha família que sempre me incentivou e apoiou na minha escolha nesta trajetória que foi de extrema importância para que chegasse a este momento tão importante e este trabalho atingisse seus objetivos

## **AGRADECIMENTOS**

Meu agradecimento primeiramente a Deus pela vida, pela fé, aos meus pais por todo o amor, carinho, paciência e compreensão nessa trajetória que foram fundamentais para atingir meu objetivo, ao meu orientador Prof. Dr. Fernando Luis Bertolla pela competência e orientação durante todo o desenvolvimento deste trabalho, a Cooperativa de crédito em estudo pelas informações prestadas e pelo incentivo a minha formação e capacitação profissional, a todos os professores do curso pela qual tive contato na minha vida acadêmica pela competente atuação no curso e pelas reflexões que fundamentam o entendimento e me auxiliaram para meu desenvolvimento acadêmico. Aos colegas e amigos que fiz durante o curso, pela amizade e pelo respeito, formados durante o tempo.

*“Só existem dois dias no ano que nada pode ser feito. Um se chama ontem e outro se chama amanhã, portanto hoje é o dia certo para amar, acreditar, fazer e principalmente viver.”*

**Dalai Lama**

## RESUMO

A presente pesquisa teve por objetivo contribuir com o entendimento sobre a Formação e Distribuição dos Resultados de uma Cooperativa de Crédito do Rio Grande do Sul. Cooperativas de crédito são sociedades de pessoas, sem fins lucrativos que visam atender seus cooperados oferecendo soluções financeiras agregando renda e contribuindo para o desenvolvimento da sociedade e de seus associados. Os resultados nas cooperativas de crédito, advém do superávit gerado nas operações com os usuários. Em cooperativas os resultados positivos vêm de operações dos próprios associados, onde os mesmos são devolvidos posteriormente e em proporção as operações que as deram origem. A apresentação teórica aborda os temas referente ao cooperativismo, direitos e deveres dos associados, ato cooperativo e ato não cooperativo, fundos obrigatórios, cooperativas de crédito, a formação e distribuição dos resultados, visto também as demonstrações contábeis das cooperativas de crédito e levemente sobre análise horizontal e vertical. O estudo analisou a formação e distribuição dos resultados com base na demonstração de sobras e perdas dos anos sociais de 2014 a 2017. O principal objetivo deste trabalho foi a formação e distribuição dos resultados da cooperativa. Conclui-se que na cooperativa em estudo os resultados são, recursos não utilizados pela cooperativa, resultados esses que são formados pelos ingressos deduzidos os dispêndios. Após apurados os resultados os mesmos são levados e apresentados a assembleia geral onde na assembleia será decidido a remuneração do capital social. As destinações para os fundos obrigatórios da cooperativa de crédito são para o fundo de reserva é destinado 65% e para o FATES 10%, conforme previsto no estatuto da cooperativa, o restante das sobras ficam à disposição dos associados para decidirem a forma de distribuição, através da assembleia geral ordinária.

**Palavras-chave:** Cooperativa. Associado. Formação. Resultado. Distribuição.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Receita Total 2014 .....	45
Figura 2 – Despesa Total 2014 .....	45
Figura 3– Receita Total 2015 .....	47
Figura 4 – Despesa Total 2015 .....	47
Figura 5 – Receita Total 2016 .....	49
Figura 6 – Despesa Total 2016 .....	49
Figura 7 – Receita Total 2017 .....	51
Figura 8 – Despesa Total 2017 .....	51
Figura 9 – Destinações 2014.....	54
Figura 10 – Destinações 2015.....	55
Figura 11 – Destinações 2016.....	56
Figura 12 – Destinações 2017.....	57
Figura 13 – Sobras Líquidas .....	58
Figura 14 – Capital Social .....	58
Figura 15 – Reservas .....	59
Figura 16 – FATES.....	60



## LISTAS DE QUADROS

Quadro 1 – Direitos e Deveres dos Associados .....	23
Quadro 2 – Balanço Patrimonial.....	34
Quadro 3 – Demonstração do Resultado do Período.....	35
Quadro 4 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL.....	37
Quadro 5 – Demonstração do Fluxo de Caixa .....	38

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Demonstrações Financeiras 2014 .....	44
Tabela 2 – Demonstrações Financeiras 2015 .....	46
Tabela 3 – Demonstrações Financeiras 2016 .....	48
Tabela 4 – Demonstrações Financeiras 2017 .....	50
Tabela 5 – Receitas e Despesas.....	52
Tabela 6 – Destinações 2014.....	53
Tabela 7 – Destinações 2015.....	54
Tabela 8 – Destinações 2016.....	55
Tabela 9 – Destinações 2017.....	56
Tabela 10 – Receitas em relação aos Resultados .....	60
Tabela 11 - Análise Horizontal e Análise Vertical .....	62

## LISTA DE ABREVIATURAS

RS	Rio Grande do Sul
Prof.	Professor
Ms.	Mestre
ACI	Aliança Cooperativista Internacional
S.A.	Sociedades Anônimas
AGO	Assembleia Geral Ordinária
AGE	Assembleia Geral Extraordinária
BCB	Banco Central do Brasil
Bacen	Banco Central
SFN	Sistema Financeiro Nacional
pag.	Página
FATES	Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social
PIS	Programa de Integração Social
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
IR	Imposto de Renda
CMN	Conselho Monetário Nacional
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
ITG	Interpretação Técnica Geral
NBC	Norma Brasileira de Contabilidade
NBC T	Norma Brasileira de Contabilidade Técnica
DMPL	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
DFC	Demonstração de Fluxo de Caixa
AH	Análise Horizontal
AV	Análise Vertical

## LISTA DE SÍMBOLOS

%	percentual
R\$	reais

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO .....	15
1.2	TEMA E QUESTÃO DE PESQUISA .....	16
1.3	OBJETIVOS .....	17
<b>1.3.1</b>	<b>Objetivo geral .....</b>	<b>17</b>
<b>1.3.2</b>	<b>Objetivos específicos .....</b>	<b>18</b>
1.4	ESTRUTURA DO ESTUDO .....	18
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>20</b>
2.1	SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL .....	20
<b>2.1.1</b>	<b>Conselho Monetário Nacional – CMN.....</b>	<b>20</b>
<b>2.1.2</b>	<b>Banco Central do Brasil – BACEN .....</b>	<b>21</b>
2.2	COOPERATIVISMO .....	21
<b>2.2.1</b>	<b>Princípio do cooperativismo .....</b>	<b>21</b>
<b>2.2.2</b>	<b>Direitos e deveres dos associados .....</b>	<b>22</b>
<b>2.2.3</b>	<b>Ato cooperativo .....</b>	<b>23</b>
<b>2.2.4</b>	<b>Ato não cooperativo .....</b>	<b>23</b>
2.3	ORIGEM DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO NO BRASIL .....	24
2.4	COOPERATIVAS DE CRÉDITO .....	25
<b>2.4.1</b>	<b>Banco cooperativo .....</b>	<b>26</b>
<b>2.4.2</b>	<b>Órgãos sociais .....</b>	<b>26</b>
2.4.2.1	Assembleia geral .....	27
<b>2.4.3</b>	<b>Órgãos da administração .....</b>	<b>27</b>
2.4.3.1	Conselho da administração .....	28
<b>2.4.4</b>	<b>Conselho fiscal.....</b>	<b>28</b>
<b>2.4.5</b>	<b>Fundos obrigatórios .....</b>	<b>28</b>
<b>2.4.6</b>	<b>Capital social .....</b>	<b>29</b>
2.5	CONTABILIDADE E SOCIEDADE COOPERATIVA .....	30
<b>2.5.1</b>	<b>Formação e distribuição dos resultados .....</b>	<b>30</b>
<b>2.5.2</b>	<b>Sobras ou perdas.....</b>	<b>31</b>
<b>2.5.3</b>	<b>Apuração do resultado .....</b>	<b>32</b>
<b>2.5.4</b>	<b>Distribuição dos resultados .....</b>	<b>33</b>

2.6	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS .....	33
2.6.1	<b>Balanco Patrimonial.....</b>	<b>33</b>
2.6.2	<b>Demonstração do Resultado no Período .....</b>	<b>35</b>
2.6.3	<b>Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....</b>	<b>36</b>
2.6.4	<b>Demonstração do Fluxo de Caixa.....</b>	<b>38</b>
2.6.5	<b>Notas Explicativas .....</b>	<b>38</b>
2.7	ANÁLISE HORIZONTAL E ANÁLISE VERTICAL .....	39
2.7.1	<b>Análise Horizontal.....</b>	<b>39</b>
2.7.2	<b>Análise Vertical .....</b>	<b>40</b>
3	<b>METODOLOGIA .....</b>	<b>41</b>
3.1	DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	41
3.2	PROCEDIMENTO DA COLETA E ANÁLISE.....	42
4	<b>ESTUDO DE CASO: FORMAÇÃO DOS RESULTADOS E DISTRIBUIÇÃO</b> <b>.....</b>	<b>43</b>
4.1	ANÁLISE DOS RESULTADOS ANUAIS .....	43
4.1.1	<b>Exercício social 2014 .....</b>	<b>44</b>
4.1.2	<b>Exercício social 2015 .....</b>	<b>46</b>
4.1.3	<b>Exercício social 2016 .....</b>	<b>48</b>
4.1.4	<b>Exercício social 2017 .....</b>	<b>50</b>
4.1.5	<b>Análise das Receitas e Despesas .....</b>	<b>52</b>
4.1.6	<b>Destinação do Resultado .....</b>	<b>52</b>
4.1.7	<b>Análise dos Resultados das Destinações.....</b>	<b>57</b>
4.1.8	<b>Análise Vertical e Análise Horizontal .....</b>	<b>61</b>
4.2	ANÁLISE DAS RECEITAS, DESPESAS E RESULTADOS .....	63
5	<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>66</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>69</b>
	<b>ANEXO A – DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS 2014.....</b>	<b>73</b>
	<b>ANEXO B – DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS 2015.....</b>	<b>74</b>

**ANEXO C – DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS 2016.....75**

**ANEXO D – DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS 2017.....76**

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO

Reconhecido como um dos mais bem estruturados sistema de crédito as cooperativas estão cada vez mais sendo reconhecidas e estão conquistando seu espaço no Sistema Financeiro e na sociedade. O cooperativismo de crédito vem atingindo todas as hierarquias sociais pois promove a educação financeira e econômica de seus cooperados.

Surgem como uma escolha para a população urbana e rural devido a taxas mais baixas se comparado a outras instituições financeiras e ainda possuem o retorno dos serviços praticados e produtos utilizados.

As cooperativas financeiras (ou cooperativas de crédito) oferecem praticamente os mesmos serviços que os bancos – conta corrente, cartões de crédito e débito, poupanças e outras aplicações, linhas de crédito, dentre outros serviços. (PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO, 2018).

As cooperativas de crédito visam facilitar o ingresso aos serviços financeiros, prestar serviços comuns onde procuram diminuir as desigualdades sociais. Tem como objetivos fazer a prestação de serviços financeiros aos seus associados de forma de ajuda recíproca se baseando nos valores de solidariedade, responsabilidade social.

Os associados tem participação efetiva nas cooperativas de crédito, sendo que um dos pontos que atraem quem entra em uma cooperativa é a participação que o associado possui na mesma, o associado participa na votação das decisões da cooperativa independentemente do valor de cotas que o mesmo possui pois todos tem direito a um voto apenas. Os associados também tem participação na distribuição dos resultados da cooperativa dependendo da movimentação financeira.

O capital social são valores integralizados pelos associados onde compõe o patrimônio da cooperativa e este determinará a capacidade da cooperativa emprestar e captar recursos, permite a realização de investimentos para o funcionamento.

As cooperativas podem ter resultados positivos ou negativos denominadas como sobras quando positivo e perdas quando negativo onde estes são oriundos de operações realizadas com os associados, o lucro ou prejuízo decorrem de



operações realizadas com não associados, estes resultados vindos de operações com não associados é revertido ao Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES).

Sobras são recursos não utilizados pelas cooperativas e estas devem ser retornadas aos associados conforme o associado utilizou os produtos e serviços da cooperativa que faz parte. Essa distribuição das sobras ocorre após todas as destinações legais e estatutárias. Estas sobras são decorrentes de taxas cobradas em operações de crédito, taxas pagas na captação de recursos, cobrança de taxas de serviços, enfim vários são os motivos que influenciam para a melhoria do resultado da cooperativa.

As cooperativas podem oferecer para seus associados um atendimento personalizado, diferenciado identificando as necessidades dos associados. A cooperativa pode gerar resultado positivo como também resultados negativos resultantes as operações realizadas com seus associados.

A presente pesquisa tem por objetivo identificar como são formados e distribuídos os resultados de uma Cooperativa de Crédito do Rio Grande do Sul, no período de 2014 a 2017, buscando abordar o assunto de maneira compreensível.

## 1.2 TEMA E QUESTÃO DE PESQUISA

As cooperativas de crédito estão cada vez mais sendo reconhecidas como um dos mais bem estruturados sistema de crédito onde vem se alastrando seu espaço no sistema financeiro e na sociedade.

Cooperativa de crédito é uma instituição financeira formada pela associação de pessoas para prestar serviços financeiros exclusivamente aos seus associados. Os cooperados são ao mesmo tempo donos e usuários da cooperativa, participando de sua gestão e usufruindo de seus produtos e serviços (BCB, 2018)

Sem a finalidade de lucros e como sociedade de pessoas, as cooperativas de crédito procuram causar o aumento, crescimento econômico de seus cooperados, as cooperativas captam dinheiro, oferecem empréstimos e prestam todos os serviços da natureza bancária que seus associados necessitam.

Os associados como donos do negócio utilizam os produtos e serviços oferecidos pela cooperativa, participam das decisões da cooperativa em que são

sócios, diferentemente de outras instituições bancárias onde quem são os donos são os acionistas, quanto mais os associados utilizarem os produtos e serviços da cooperativa serão mais beneficiados pois assim a cooperativa vai crescendo.

Ao final de cada exercício social é apurado o resultado da cooperativa, assim como em uma empresa comum sendo que, se o resultado gerado for positivo na cooperativa de crédito é chamado de sobras e o prejuízo é chamado como perdas. Estes resultados são apresentados aos associados da cooperativa por meio de Assembleias, onde os associados decidem sua destinação da maneira que entenderem mais conveniente não deixando de respeitar as contribuições obrigatórias conforme legislação e conforme estatuto social cooperativa.

A vida financeira de uma cooperativa inicia-se pelo capital que cada associado integraliza, assim a cooperativa possui recursos para a realização de investimentos para poder assim emprestar e captar recursos. Conforme legislação as sobras devem ser distribuídas aos seus associados conforme a sua utilização dos produtos e serviços que o mesmo utilizou dentro de sua cooperativa.

Com base no tema de pesquisa proposto no presente trabalho a questão de pesquisa é: Qual a origem e a destinação dos resultados de uma Cooperativa de crédito do Rio Grande do Sul dos anos de 2014 a 2017?

A definição do problema de pesquisa foi devido a percepção da necessidade dos associados possuírem mais conhecimento sobre a cooperativa em que o mesmo é dono, sobre a origem e destinação dos resultados de forma clara, transparente e objetiva para que os associados percebam a importância que possuem para a cooperativa em que fazem parte, onde são beneficiados e podendo ajudar a comunidade a se desenvolver. Por serem beneficiados que os associados tenham a esperteza de perceberem o quanto são importantes e com isso utilizem cada vez mais os produtos e serviços que a cooperativa oferece.

## 1.3 OBJETIVOS

### 1.3.1 Objetivo geral

Identificar qual a origem e a destinação dos resultados de uma Cooperativa de Crédito do Rio Grande do Sul nos anos de 2014 a 2017.

### 1.3.2 Objetivos específicos

- Realizar estudo bibliográfico sobre cooperativismo e Demonstrações Contábeis da cooperativa de crédito;
- Contextualizar a cooperativa objeto do estudo de caso;
- Levantar as Demonstrações Contábeis de uma Cooperativa de Crédito, do Rio Grande do Sul de 2014 a 2017;
- Identificar qual a origem e a destinação dos resultados da cooperativa estudo de caso.

### 1.4 ESTRUTURA DO ESTUDO

No primeiro capítulo foi apresentado uma contextualização do tema, bem como os objetivos, a questão de pesquisa e a metodologia.

Utilizando os meios de pesquisa bibliográfica o segundo capítulo apresentou o cooperativismo, apresentou aspectos teóricos de como é a origem e distribuição dos resultados da cooperativa em estudo. Este capítulo teve o objetivo de demonstrar como surgiu o cooperativismo, as cooperativas de crédito, como seus resultados são formados e destinados. Demonstrou os benefícios que as cooperativas trazem para seus associados, ou seja, neste capítulo teve o objetivo de demonstrar os conceitos dos temas a serem abordados.

No capítulo três descreveu a metodologia usada para o desenvolvimento do estudo, onde foram evidenciados os diferentes aspectos metodológicos aplicados.

Utilizando os meios de pesquisa documental o quarto capítulo apresentou o desenvolvimento do estudo de caso, descrevendo a história do cooperativismo, estudo de como são formados os resultados da cooperativa em estudo, análise das demonstrações contábeis a fim de ter uma visão compreensível de que é o cooperativismo e como em uma cooperativa são formados e distribuídos seus resultados.

Ao final, no quinto capítulo, foram apresentadas as conclusões geradas a partir do estudo realizado. Atingiu-se o objetivo principal da pesquisa, ou seja, verificou-se como são formadas e distribuídas as sobras, o critério utilizado para a distribuição das mesmas aos cooperados nos períodos analisados, e, as principais conclusões geradas com base no estudo.



## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

Conforme a Constituição Federal em seu artigo nº 192, o Sistema Financeiro Nacional tem por objetivo promover o desenvolvimento equilibrado do país, servir aos interesses da coletividade em todas as partes que o compõem, abrangendo as cooperativas de crédito, será regulado por leis complementares que disporão, inclusive, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram (BRASIL, 1988).

O Sistema Financeiro Nacional é regulado pela Lei nº 4.595/64, que estabelece as diretrizes básicas de estruturação e funcionamento das instituições que o integram (SCHARDONG, 2003).

#### 2.1.1 Conselho Monetário Nacional – CMN

A Lei 4.595/64 (BRASIL, 1964) relata que a política do Conselho Monetário Nacional (CMN), é o órgão máximo do Sistema Financeiro Nacional e tem por objetivos como:

- a) Adaptar o volume dos meios de pagamento às reais necessidades da economia nacional e seu processo de desenvolvimento;
- b) Regular o valor interno da moeda;
- c) Regular o valor externo da moeda e o equilíbrio no balanço de pagamento do País;
- d) Orientar a aplicação dos recursos das instituições financeiras, tanto públicas como privadas tendo em vista propiciar, condições favoráveis ao desenvolvimento harmônico da economia nacional;
- e) Propiciar o aperfeiçoamento das instituições e dos instrumentos financeiros,
- f) Zelar pela liquidez e solvência das instituições financeiras,
- g) Coordenar as políticas monetária, creditícia, orçamentária, fiscal e da dívida pública, interna e externa.

### **2.1.2 Banco Central do Brasil – BACEN**

O Banco Central do Brasil (BACEN) é o órgão executivo central do Sistema Financeiro Nacional e tem como competência cumprir e fazer cumprir as determinações da lei e das normas do CMN. O BACEN é o instrumento pelo qual o Estado intervém no funcionamento do Sistema Financeiro Nacional (SCHARDONG, 2013).

## **2.2 COOPERATIVISMO**

O cooperativismo teve seu início em outubro de 1844 na Inglaterra onde 28 pioneiros de *Rochdale* após economizarem por um ano uma libra cada um fundaram a Sociedade de Probos onde se reuniram e tinham como objetivo melhorar suas condições de vida, realizaram alguns projetos onde estes deram certo e assim passaram a constituir a base da doutrina cooperativista (SANTOS, 2008).

A constituição em 28 de outubro de 1844 de *Rochdale Society of Equitable Pioneers* idealizada por 28 tecelões de *Rochdale* na Inglaterra, tinha o objetivo de comprar em comum os bens de consumo doméstico, comprar ou construir casas, iniciar a fabricação de artigos, ali se dava início a um novo modelo de organização econômica da sociedade, neste modelo as pessoas constituem uma entidade com objetivo de atender as necessidades comuns de bens e serviços (PAGNUSSATT, 2004).

“O cooperativismo é um instrumento de organização econômica da sociedade. Criado na Europa no século XIX, caracteriza-se como uma forma de ajuda mútua por meio da cooperação e da parceria.” (SICREDI, 2018, não paginado).

### **2.2.1 Princípio do cooperativismo**

Segundo Santos (2008) em *Rochdale* os pioneiros formaram regras para o funcionamento de sua cooperativa. No ano de 1995 no Congresso Centenário da Aliança Cooperativa Internacional (ACI) na Inglaterra essas regras chamados de princípios foram revistos. Estes princípios são os que norteiam até atualmente as cooperativas.

As cooperativas baseiam-se em valores de ajuda mútua, responsabilidade, democracia, igualdade e solidariedade. Na tradição de seus fundadores, os membros de cooperativas acreditam nos valores éticos da honestidade, transparência, responsabilidade social e preocupação com os semelhantes (PAGNUSSATT, 2004, p.163).

Conforme Santos (2008) são sete os princípios que norteiam o cooperativismo, que são eles:

- a) Adesão livre e voluntária;
- b) Gestão democrática e livre;
- c) Participação econômica dos associados;
- d) Autonomia e independência;
- e) Educação, formação e informação;
- f) Interoperação;
- g) Interesse pela comunidade;

As cooperativas de crédito não tem a intenção do lucro, pois são entidades sem fins lucrativos, as cooperativas visam agregar renda a sociedade atender a demanda de seus associados.

### **2.2.2 Direitos e deveres dos associados**

Em uma cooperativa de crédito todos os associados podem se fazer presente no dia a dia da cooperativa em que o mesmo é dono, acompanhando suas atividades, fortalecendo seu vínculo com a cooperativa, se beneficiando e usufruindo produtos e serviços que a mesma oferece com qualidade e bom atendimento. É necessário que o associado exerça seu papel de dono do negócio e colabore com o crescimento da cooperativa para isso é necessário que o mesmo contribua com as decisões e acompanhe a gestão da cooperativa, participando das reuniões e assembleias, exercendo seus direitos e deveres. A participação dos associados é o caminho para o sucesso da cooperativa (SICREDI, 2011).

Santos (2008) nos diz que o cooperado assume direitos e deveres em relação a cooperativa, conforme apresenta o quadro 1.

Quadro 1 – Direitos e Deveres dos Associados

DIREITOS	DEVERES
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Votar e ser votado;</li> <li>- Participar das operações da cooperativa;</li> <li>- Receber retorno proporcional às suas operações no final do exercício;</li> <li>- Examinar livros e documentos;</li> <li>- Convocar Assembleia, (se for necessário);</li> <li>- Solicitar esclarecimento ao Conselho de Administração;</li> <li>- Opinar e defender ideias;</li> <li>- Propor medidas de interesse da cooperativa;</li> <li>- Demitir-se da cooperativa e receber seu capital, de acordo com estatuto.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Participação das Assembleias;</li> <li>- Operar com a cooperativa;</li> <li>- Acatar a decisão da maioria</li> <li>- Votar nas eleições da cooperativa;</li> <li>- Cumprir os compromissos com a cooperativa;</li> <li>- Denunciar falhas;</li> <li>- Discutir os problemas da cooperativa entre o meio interessado, isto é dentro da própria cooperativa;</li> <li>- Manter-se informado a respeito da cooperativa;</li> <li>- Acompanhar os eventos de educação cooperativista</li> </ul>

Fonte: Adaptado de Santos 2008

### 2.2.3 Ato cooperativo

Em seu art. 79 a Lei nº 5.764/71 (BRASIL, 1971) define ato cooperativo: “Denominam-se atos cooperativos os praticados entre as cooperativas e seus associados, entre estes e aquelas e pelas cooperativas entre si quando associados, para a consecução dos objetivos sociais.”

O ato cooperativo não implica operação de mercado, caracteriza-se pela não incidência de alguns tributos, Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Contribuição Social e Imposto de Renda (IR). Existem atos cooperativos que são realizados entre os associados e as cooperativas conforme alguns exemplos como empréstimos e financiamentos, depósitos à vista e a prazo, utilização do limite de cheque especial, parcelamento da fatura do cartão de crédito, dentre outros fatos (FUNDAÇÃO SICREDI, 2011).

### 2.2.4 Ato não cooperativo

Conforme a Lei nº 5.764 (BRASIL, 1971), os resultados positivos apurados pela cooperativa vindo do ato não cooperativo, não podem ser destinados aos cooperados, devem integrar obrigatoriamente o FATES.



O resultado das operações relativas a atos não cooperativos terá tratamento diferenciado do resultado das operações relativas a atos cooperativos. Os resultados dos atos não cooperativos (lucro ou prejuízo) não serão distribuídos aos cooperados, integrarão fundo específico e indivisível e serão contabilizados em separado, de modo a permitir cálculo de tributos incidentes sobre tais operações (SANTOS, 2008, p.22).

Os saldos dos atos não cooperativos se refletem na economia da sociedade. Podemos citar como ato não cooperativo os interesses envolvendo a cooperativa e pessoas físicas não associadas e também operações realizadas com o mercado fora dos objetivos sociais da cooperativa (IRION, 1997).

### 2.3 ORIGEM DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO NO BRASIL

No Brasil as cooperativas começam juridicamente no início do século XX, com o Decreto Legislativo nº 979 no ano de 1903, onde o decreto instituía a sindicalização rural, sindicatos mistos. Já o Decreto nº 1.637 de 1907 não reconhece a forma jurídica das cooperativas independente de outras entidades, portanto no Brasil a regulamentação das cooperativas ocorreu juntamente com a criação dos primeiros sindicatos que possuíam autorização da legislação do exercício do cooperativismo (SANTOS, 2008)

Segundo Pagnussatt (2004), o cooperativismo de crédito no Brasil foi constituída no ano de 1902 na localidade de Linha Imperial na cidade de Nova Petrópolis - RS, onde o fundador foi o Padre suíço Theodor Amstadt onde está cooperativa atua até os dias atuais com o nome de Sicredi Pioneira. A iniciativa foi de um grupo de pessoas da comunidade sendo que a maioria eram produtores rurais onde Theodor liderava, os benefícios a esse grupo de pessoas foi muito expressivo assim motivando a criarem novas cooperativas em outas regiões.

As cooperativas de Crédito se organizam em toda a sua rede de atendimento, com o objetivo de aumentar a utilizar os recursos humanos e tecnológicos para assim alcançarem a competitividade aos produtos e serviços diante ao mercado financeiro pelo qual atuam (SCHARDONG, 2003).

## 2.4 COOPERATIVAS DE CRÉDITO

“Cooperativa de crédito é uma instituição financeira formada pela associação de pessoas para prestar serviços financeiros exclusivamente aos seus associados.” (BCB, 2018, não paginado).

As cooperativas de crédito são formadas para captar dinheiro, ofertar empréstimos, e prestar essencialmente todos os serviços de natureza bancária para seus associados. Como sociedade de pessoas a cooperativa busca promover o crescimento da economia de seus associados, sendo que em uma rede bancária visa o lucro para seus acionistas e em uma cooperativa de crédito os lucros são distribuídos a seus associados. (SANTOS, 2008).

Conforme a Lei nº 5.764/71 (BRASIL, 1971) se distingue pela adesão voluntária, variabilidade do capital social representado por quotas-partes, limitação do número de quotas-partes do capital para cada associado, inacessibilidade das quotas-partes do capital a terceiros, estranhos à sociedade, singularidade de voto, retorno das sobras líquidas do exercício, indivisibilidade dos fundos de Reserva e de Assistência Técnica Educacional e Social, prestação de assistência aos associados, dentre outros.

A Lei Complementar nº 130/09 (Brasil, 2009), que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo em seu art.1º determina que as instituições financeiras constituídas sob forma de cooperativas estão regidas por essa Lei Complementar, à legislação do SFN e das sociedades cooperativas.

A Lei nº 5.764/71 (BRASIL, 1971) nos diz que as sociedades cooperativas podem ser classificadas da seguinte maneira:

- a) Singulares, as constituídas pelo número mínimo de 20 (vinte) pessoas físicas, sendo permitida a admissão de pessoas jurídicas que tenham por objeto as mesmas atividades econômicas das pessoas físicas ou, ainda, aquelas sem fins lucrativos;
- b) Cooperativas centrais ou federações de cooperativas, são cooperativas onde os associados são as cooperativas singulares;
- c) Confederações de cooperativas, constituídas, de no mínimo, três federações ou centrais de mesma ou de diferentes modalidades.

### **2.4.1 Banco cooperativo**

De acordo com a Resolução 2.788 de 30 de novembro de 2000, que dispõe sobre a constituição e o funcionamento de bancos comerciais e bancos múltiplos sob controle acionário de cooperativas centrais de crédito, os bancos múltiplos devem possuir carteiras comerciais e as instituições financeiras de que trata esta resolução devem incluir a expressão Banco Cooperativo (BRASIL, 2000).

Os Bancos Cooperativos tem como objetivo atuar em todas as atividades que são permitidas aos bancos comerciais, integrar-se aos mercados financeiros e de capitais, acessar os programas oficiais de financiamento. As cooperativas passam a integrar o sistema financeiro nacional e assim passam a se integrar e prestar serviços bancários na comunidade onde as mesmas estão inseridas (SCHARDONG, 2003).

O Banco Cooperativo Sicredi S.A. foi fundado no ano de 1995 e é o primeiro Banco Cooperativo privado do Brasil. Atua a favor das cooperativas de crédito a fim de acessar o mercado financeiro e programas de financiamento, dedica-se ao atendimento das demandas dos associados (FUNDAÇÃO SICREDI, 2011).

Como uma instituição cooperativa, o Sicredi é referência internacional devido seu modelo de atuação em seu sistema. São 116 cooperativas de crédito afiliadas e mais de 1.500 agências, possui uma estrutura que conta com Centrais Regionais, Confederação, Fundação, Banco Cooperativo e suas empresas controladas, todas estas entidades formam o Sicredi e adotam um padrão único operacional (SICREDI, 2018).

### **2.4.2 Órgãos sociais**

As assembleias são as instâncias máximas para a tomada de decisões e acompanhamento da cooperativa, nas assembleias são realizadas as eleições, prestação e aprovação das contas, mudanças no Estatuto Social, dos regimentos internos. São nelas que o associado se mantém por dentro do negócio que o mesmo faz parte, e é na assembleia que os mesmos obtém informações e tomam decisões (FUNDAÇÃO SICREDI, 2011).

#### 2.4.2.1 Assembleia geral

A Lei nº 5.764/71 (BRASIL, 1971) em seu art. 38 define a Assembleia Geral como:

A Assembleia Geral dos associados é o órgão supremo da sociedade, dentro dos limites legais e estatutários, tendo poderes para decidir os negócios relativos ao objeto da sociedade e tomar as resoluções convenientes ao desenvolvimento e defesa desta, e suas deliberações vinculam a todos, ainda que ausentes ou discordantes (BRASIL, 1971).

A Assembleia Geral é subdividida em ordinária e extraordinária que tem os poderes delimitados pela Lei sob nº 5.764/71 e pelo Estatuto Social, cada associado tem direito a um voto independente de quantas quotas-partes o mesmo possui (SANTOS, 2008).

A Assembleia Geral Ordinária (AGO) é realizada nos primeiros três meses após o término do exercício social, onde deliberam sobre os assuntos referentes a prestação de contas, relatório de gestão, balanço, destinação das sobras, eleição dos componentes da administração, quando necessário a fixação de valores de honorários dos membros do Conselho de administração, assuntos de interesse social. A Assembleia Geral Extraordinária (AGE) se realiza sempre que necessário e pode se deliberar sobre qualquer assunto de interesse da sociedade, é de sua competência assuntos que trate reforma do estatuto, mudança de objeto da sociedade, dentre outros (BRASIL, 1971).

#### 2.4.3 Órgãos da administração

A Sociedade será administrada por uma Diretoria ou Conselho de Administração que serão compostos por associados, estes serão eleitos na Assembleia Geral, seu mandato será de quatro anos. O estatuto poderá criar outros órgãos se houver necessidade. Não poderão compor uma mesma Diretoria ou Conselho de Administração parentes até segundo grau (BRASIL, 1971).

#### 2.4.3.1 Conselho da administração

O Conselho de Administração é o órgão de representação no quadro social de uma cooperativa, mesmo a Lei permitindo a existência de conselho ou diretoria para um melhor andamento das atividades é comum adotar Conselho de Administração com atividades de natureza de governança. O Conselho de Administração tem por missão zelar pela gestão equilibrada, alcançar os objetivos da cooperativa acompanhando seus principais indicadores de desempenho para assim garantir a excelência os serviços prestados. O Conselho tem por atividades deliberativas ou que provoquem maior impacto nos negócios da cooperativa (PAGNUSSAT, 2004).

#### 2.4.4 Conselho fiscal

O Conselho Fiscal é responsável por fiscalizar a cooperativa de maneira assídua e minuciosamente onde o mesmo é constituído por três membros efetivos e possui três suplentes, todos devem ser associados. Os membros do Conselho Fiscal são eleitos anualmente através da assembleia geral, sendo que é permitido a reeleição de apenas 1/3 de seus componentes (BRASIL, 1971).

O Conselho Fiscal tem por missão assegurar que a gestão está sendo realizada conforme os objetivos que foram definidos na assembleia geral, é responsável pela fiscalização dos atos da gestão, mediante prestação de contas e demonstrativos contábeis que refletem a realidade da cooperativa (PAGNUSSAT, 2014).

#### 2.4.5 Fundos obrigatórios

A Lei nº 5.764/1971 (BRASIL, 1971) em seu art. 28 determina que as sociedades cooperativas devem constituir fundos obrigatórios:

- a) Fundo de Reserva;
- b) Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES;
- c) Outros fundos previstos ou criados nos Estatutos de cada cooperativa ou em Assembleia Geral.

O FATES deve ser constituído a partir de pelo menos 5% das sobras líquidas. As aplicações ou investimentos a este fundo destinam-se em benefício aos associados e seus familiares e se em estatuto pode ser estendido a seus colaboradores. Os serviços prestados com a utilização dos recursos deste fundo pode ocorrer através de convênios com entidades públicas ou privadas. O estatuto pode determinar um percentual maior que os 5% (cinco por cento) para a constituição deste fundo (SANTOS, 2008).

#### **2.4.6 Capital social**

O capital social de uma cooperativa corresponde a recursos que são investidos pelos associados, recursos esses que são divididos em cotas-partes onde o valor não pode ser superior a um salário mínimo vigente no país. Cada associado pode subscrever no limite de 1/3 do total das cotas-partes da sociedade, salvo quando a subscrição é proporcional à participação nas atividades da cooperativa. Independentemente do valor da cota-parte que possui, cada associado tem o direito de a um voto nas assembleias (POLONIO, 2001).

O Capital Social é o somatório de todas as quotas-partes dos associados da cooperativa. A quota-parte é uma quantia em dinheiro que os associados depositam no momento em que entram na Cooperativa. Esse dinheiro contribui para o suporte das atividades financeiras da instituição. Para funcionarem, as cooperativas precisam de recursos, pois necessitam de capacidade própria de capitalização, o que as viabiliza operacional e negocialmente. O incremento do capital ocorre pela adesão de novos associados (PORTAL DO COOPERATIVISMO, 2018).

A integralização do capital social, ou a integralização das cotas partes pode ser realizada por prestações periodicamente. As cooperativas não podem distribuir de qualquer forma de benefícios ou vantagens às cotas-partes do capital a favor de qualquer associado, exceto os juros até no máximo 12% ao ano que incidirá sobre o valor integralizado. O capital social não representa nenhuma vantagem financeira em relação a sua participação, não garantindo maior influência do associado nas votações das assembleias (SANTOS, 2008).

A integralização das quotas-partes e o aumento do capital social poderão ser feitos com bens avaliados previamente e após homologação em Assembleia Geral ou mediante retenção de determinada porcentagem do valor do movimento financeiro de cada associado (BRASIL, 1971, art. 27).

O Código Civil determina que as quotas são intransferíveis a terceiros estranhos à cooperativa, mesmo sendo por herança. A transferência só é possível se for entre associados da cooperativa, pois as operações de transferência entre associados é permitida (FUNDAÇÃO SICREDI, 2011).

O capital social de uma cooperativa é a principal fonte que forma seu patrimônio e garantia diante das obrigações assumidas pela sociedade. O capital social dá ao cooperado a condição de dono do negócio, permitindo que o mesmo possa usufruir dos produtos e serviços oferecidos pela cooperativa. Os associados estão sujeitos a assumir, cumprir seu direitos e suas obrigações perante a cooperativa (SICREDI,2018).

Nas cooperativas somente o capital mínimo está fixado em seu estatuto social. O aumento ou diminuição do capital devido a entrada ou saída de sócios, depende de aprovação em assembleia. (POLONIO, 2001).

O capital social serve para compor o patrimônio da cooperativa, e determina a capacidade que a cooperativa possui para captar e emprestar recursos, permite que possa ser realizados investimentos para o funcionamento da cooperativa e faz parte de recursos que serão disponibilizados para os associados como forma de financiamentos (SICREDI, 2011).

## 2.5 CONTABILIDADE E SOCIEDADE COOPERATIVA

A contabilidade compõe um importante instrumento para a tomada de decisões pois fornece importantes informações referente a posição econômico-financeira de uma entidade, propondo uma visão adequada quanto a registros e informações, porém para as cooperativas por serem sem finalidade de lucros e por desempenharem atividades diferenciadas ainda não possuem muito amparo. (SANTOS, 2008).

### 2.5.1 Formação e distribuição dos resultados

Cooperativas de crédito não visam lucros, sendo que a denominação dos lucros é sobras líquidas. As sobras são constituídas pela diferença entre ingressos que são as receitas e dispêndios que são as despesas, essas sobras acabam

retornando aos associados conforme a proporção da utilização dos produtos e serviços que os mesmos utilizam na cooperativa (SANTOS, 2008).

As cooperativas com o intuito de proporcionar melhores condições na atividade aos seus associados em suas operações e serviços não visando o lucro, a diferença entre receitas e despesas quando positivas são chamadas de sobras, saldos estes obtidos dos associados para cobertura das despesas devido a boa gestão (SCHARDONG, 2003).

### **2.5.2 Sobras ou perdas**

O resultado positivo de uma cooperativa de crédito não é denominado como lucro e sim como sobra. Por não visar os lucros estes são saldos dos valores obtidos dos associados para a cobertura de despesas, são valores que sobram para a racionalização dos gastos da cooperativa (FUNDAÇÃO SICREDI, 2011).

As sobras decorrem devido as taxas cobradas nas operações de crédito, taxas pagas nas captações, ou seja, as sobras da cooperativa de crédito são decorrentes de operações que os associados utilizam (SOUZA; MEINEN, 2010).

Sobras são recursos não utilizados pela sociedade e devem retornar aos associados conforme sua utilização dos serviços que a cooperativa oferece, para os associados as sobras que recebem não representam um aumento patrimonial mas sim é a devolução de recursos que não foram utilizados (POLONIO, 2001).

As perdas do Exercício são decorrentes da diferença negativa entre os ingressos e dispêndios dos Atos Cooperativos serão cobertas pela Reserva Legal, porém quando a Reserva Legal for insuficiente para cobrir essas perdas, estas devem ser debitadas no Patrimônio Líquido, na conta de Perdas Não Cobertas pelos Cooperados, onde essas perdas após determinação da Assembleia Geral serão rateadas entre os associados conforme disposição estatutárias e legais (SANTOS, 2008).

A perda apurada ao final do exercício pode ser devido mal planejamento da cooperativa, políticas inadequadas, má execução das políticas ou deficiências de controles interno, ou outros fatores imponderáveis. A legislação prevê que as perdas inicialmente devem ser cobertas pelo Fundo de Reserva Legal composto por um percentual das sobras líquidas do exercício e outros fundos com destinação previamente definidas para englobar perdas futuras. Quando o recurso destes



fundos não suficientes para cobrir as perdas o desgaste da administração é muito menor pois não é necessário chamar os associados para colocar recursos para pagamento das perdas. (SOUZA; MEINEN, 2010).

A Demonstração de Sobras ou Perdas deve evidenciar, separadamente, a composição do resultado de determinado período. Segregando as atividades sob ato cooperativo e ato não cooperativo, considera os ingressos diminuídos dos dispêndios, bem como receitas diminuídas das despesas, separando-os por produtos, serviços e atividades desenvolvidas pela Entidade Cooperativa. (SANTOS, 2008, p. 119)

O resultado positivo das cooperativas denominado como sobras após destinados aos fundos obrigatórios de acordo com a legislação ou estatuto de cada cooperativa são distribuídos aos associados quando resultado positivo, porem quando ocorrem perdas e o saldo do Fundo de Reserva não for suficiente para cobrir todas as perdas devem ser rateadas com todos os associados (POLONIO, 2001).

A fórmula de cálculo a ser aplicada na distribuição de sobras e no rateio de perdas, com base nas operações de cada associado realizadas durante o exercício é de competência da assembleia geral (BRASIL, 2009).

### **2.5.3 Apuração do resultado**

A Lei nº 5.764/71 (BRASIL, 1971) em seu artigo nº 87 determina que os resultados das operações realizadas com não associados serão destinados ao FATES e serão contabilizados separadamente, de modo a permitir cálculo para incidência de tributos.

As cooperativas devem apurar suas operações em contas de resultado separando as atividades que são referente a atos cooperativos e atos não cooperativos, assim no final do exercício a cooperativa pode apurar sobras ou perdas composto por ingressos ou dispêndios referente a atos cooperativos e lucro ou prejuízo referente a atos não cooperativos (SANTOS, 2008).

#### **2.5.4 Distribuição dos resultados**

O custo de uma administração de uma cooperativa de crédito não tem origem de mercado, sua origem é de natureza social pois são contribuições dos associados. O resultado positivo não se destina ao aumento do capital mas parte é devolvido aos seus cooperados na proporção de contribuição que os mesmos tiveram com a cooperativa como a utilização de produtos e serviços, isso ocorre pois as cooperativas de crédito não tem a intenção de lucros por serem entidades sem fim lucrativos (IRION, 1997)

Conforme art. 4 da Lei 5.764/ 71 (BRASIL, 1971) no inciso VII determina que o retorno das sobras líquidas do exercício deve ser proporcional às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação ao contrário em Assembleia Geral.

Apurar os resultados da cooperativa pelas atividades que cada associado utiliza significa atender ao princípio da distribuição do retorno na proporção das operações realizadas por cada cooperado (SANTOS, 2008).

### **2.6 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

De acordo com a resolução ITG 2002 (NBC, 2015) as demonstrações contábeis devem ser elaboradas pelas entidades sem fins lucrativos são:

- a) Balanço Patrimonial
- b) Demonstração do Resultado do Período
- c) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
- d) Demonstração do Fluxo de Caixa
- e) Notas Explicativas

#### **2.6.1 Balanço Patrimonial**

O Balanço Patrimonial deve evidenciar os componentes patrimoniais, possibilitando aos seus usuários uma adequada interpretação de sua situação patrimonial e financeira, assim comparando com exercícios anteriores. O Balanço Patrimonial ele se constitui com base na informação de quantidade e qualidade em dado momento a situação patrimonial e financeira da cooperativa (SANTOS, 2008)

De acordo com a TG 1000 (NBC, 2016) o balanço patrimonial é a relação dos seus ativos, passivo e patrimônio líquido em data específica, ou seja no final do período contábil.

No Quadro 2 está apresentado um modelo de Balanço Patrimonial de uma Sociedade Cooperativa.

Quadro 2 – Balanço Patrimonial

<b>ATIVO</b>	<b>PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>
<b>Ativo Circulante</b>	<b>Passivo Circulante</b>
<u>Caixa e Equivalente de Caixa</u> <u>Clientes</u> <u>Créditos com Associados</u> Perdas e Prejuízo a Receber Adiantamentos Fornecimento de Bens Financiamentos <u>Outros Créditos</u> <u>Investimentos Temporários</u> <u>Estoques</u> Operações com Associados Operações com Terceiros Produtos Industrializados Bens Fornecidos à Associados Almoxarifado <u>Despesas e Dispêndios Antecipados</u>	<u>Fornecedores</u>  <u>Empréstimos e Financiamentos</u> <u>Obrigações com Associados</u> Sobras a Distribuir  Juros sobre Capital Social a pagar Remuneração / Produção a Pagar Adiantamento Pró-labore a pagar Capital Social a restituir <u>Obrigações Fiscais</u> <u>Outras</u> <u>Obrigações</u> <u>Provisões</u>
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>Passivo Não Circulante</b>
* <i>Realizável a Longo Prazo</i>  Créditos e Valores  Investimentos Temporários a Longo Prazo Despesas e Dispêndios Antecipados Depósitos Judiciais * <i>Permanente</i>  - Investimentos Entidades Cooperativas Entidades Não Cooperativas  - Imobilizado Intangível	<u>Empréstimos e Financiamentos</u> <u>Retenções Contratuais</u>  Provisões  * <i>Receitas diferidas</i> (-) Custos diferidos Com Associados Com Terceiros
	* <b>Patrimônio Líquido</b>  * <i>Capital Social</i>  * <i>Reserva de Sobras</i> Reserva Legal FATES Reservas Estatutárias  * <i>Sobras / Perdas à Disposição da</i> AGO * <i>Perdas Não Cobertas pelos</i> Cooperados
<b>Total do Ativo</b>	<b>Total do Passivo + Patrimônio Líquido</b>

Fonte: Adaptado de Santos (2008, p.112).

## 2.6.2 Demonstração do Resultado no Período

A Demonstração do Resultado do Período chamado nas cooperativas como Demonstração de Sobras ou Perdas deve demonstrar a composição do resultado de determinado período. Segregando as atividades de atos cooperativos e atos não cooperativos. A Demonstração de Sobras ou Perdas das cooperativas apresenta de forma expelida destinação legal e estatutária dos resultados após resultado líquido do exercício (SANTOS, 2008)

A Demonstração de Sobras ou Perdas como é chamada nas cooperativas apresentam as destinações legais e estatutárias dos resultados apurados, após o resultado líquido do exercício, para fim de evidenciação de resultado, não poderá haver compensação entre receitas, custos e despesas, estas devem constar integralmente na demonstração e as contas devem ser apresentadas em ordem conforme apresentado no Quadro 3.

Quadro 3 – Demonstração do Resultado do Período

(continua)

<b>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO</b>		
	<b>Ato Cooperativo (Ingressos / Dispêndios) (Sobras / Perdas)</b>	<b>Ato Não Cooperativo (Receitas / Despesas) (Lucro / Prejuízo)</b>
Ingressos e Receita Bruta de Vendas e Serviços	Segregação por produto ou Serviço	
(-) Dedução dos Ingressos e Receita Bruta Vendas Canceladas e Devoluções Abatimentos  Impostos Incidentes sobre Vendas (IPI, ICMS, PIS, COFINS)	Segregação por produto ou serviço	Segregação por produto ou serviço
(=) Ingressos e Receita Líquida de Vendas e Serviços		
(-) Dispêndios e Custos dos Produtos Vendidos e Serviços	Segregação por produto ou serviço	Segregação por produto ou serviço
Prestados		
<b>(=) Sobra e Lucro Bruto</b>	Segregação por produto ou serviço	
(-) Dispêndios e Despesas Operacionais * De Vendas * Administrativas		

* Resultado Financeiro Líquido Ingressos / Receitas Financeiras Dispêndios / Despesas Financeiras Varações Monetárias de Créditos e Obrigações PIS/COFINS sobre Ingressos / Receitas Financeiras	Rateio	Rateio
* Outras Receitas e Despesas Operacionais Resultados de Participação em Sociedades Não Cooperativas Resultados de Participação em Sociedades Cooperativas Vendas Diversas	Rateio	Rateio
* Assistenciais Assistência Técnica Assistência Educativa Assistência Social	Rateio	Rateio
<b>(=) Sobras ou Perdas e Resultado Operacional</b>		
(+/-) Resultados Não Operacionais		
<b>(=) Sobras ou Perdas e Resultado Antes IR e CSLL e Reservas</b>		
(-) IR e CSLL a Pagar		
<b>(=) Sobras ou Perdas Resultado do Exercício</b>		
(-) Destinações Legais e Estatutárias		
<b>(=) Sobras ou Perdas à Disposição da Assembleia Geral</b>		

Fonte: Adaptado de Santos (2008, p. 120).

### 2.6.3 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

As cooperativas são dispensadas para a elaboração da Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados, mas elaboram a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. A Demonstração da Mutações do Patrimônio Líquido evidencia as mudanças ocorridas no Patrimônio Líquido da cooperativa em um determinado período de tempo (SANTOS, 2008).

No Quadro 4 apresenta-se a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em uma Sociedade Cooperativa.

Quadro 4 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL

	Reserva de Lucros				Reservas de Reavaliação	Saldo à disposição da AGO	Perdas Não Cobertas por Cooperados	Total
	Capital Social	Reserva Legal	FATES	Estatutárias				
<b>Saldos em 31/12/XX</b>								
<b>Ajustes de Exercícios Anteriores</b>								
<b>Aumentos de Capital</b> Novas Integralizações Retenção de Capital								
<b>Baixa de Capital</b> Por Demissão ou Desligamentos								
<b>Realização de Reservas</b> * FATES * Reserva Legal * Outras Reservas Estatutárias								
<b>Sobras / Perdas do Exercício</b>								
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>								
<b>Destinações Legais e Estatutárias</b> - Transferências de Reservas * FATES * Reserva Legal * Outras Reservas Estatutárias – Transferências por Decisão da AGO * Distribuição de Sobras * Transf. De Perdas para o Ativo								
<b>Saldos em 31/12/XX</b>								

Fonte: Adaptado por Santos (2008, p. 139).

## 2.6.4 Demonstração do Fluxo de Caixa

A Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) é essencial para as cooperativas devido que todos os associados são donos da cooperativa. Em atividades Operacionais se refere a produção e entrega de bens e serviços. Em Atividades de Investimento, compreende o aumento e diminuição dos ativos a longo prazo para produzir bens e serviços a terceiros. As atividades de financiamento está relacionado a empréstimos de credores e novas integralizações de associados (SANTOS, 2008).

O Quadro 5 apresenta um exemplo de DFC pelo método direto e indireto de uma sociedade cooperativa.

Quadro 5 – Demonstração do Fluxo de Caixa

<b>MÉTODO DIRETO</b>	<b>MÉTODO INDIRETO</b>
<b>Atividades Operacionais</b>	<b>Atividades Operacionais</b>
(+) Recebimentos (-) Pagamentos (=) Caixa Líquido Gerado (Consumido)	Sobras e Lucro do Exercício  (+/-) Ajustes que não afetam o caixa (+/-) Variações em contas operacionais (=) Caixa Líquido Gerado (Consumido)
<b>Atividades de Investimento</b>	<b>Atividades de Investimento</b>
(-) Investimentos no Ativo Não Circulante (+) Vendas do Ativo Não Circulante (=) Caixa Líquido Gerado (Consumido)	(-) Investimentos no Ativo Não Circulante (+) Vendas do Ativo Não Circulante (=) Caixa Líquido Gerado (Consumido)
<b>Atividades de Financiamento</b>	<b>Atividades de Financiamento</b>
(+) Aumento de Capital (+) Captações de Longo Prazo (-) Pagamento de Empréstimos (-) Pagamentos de Sobras (=) Caixa Líquido Gerado (Consumido)	(+) Aumento de Capital (+) Captações de Longo Prazo (-) Pagamento de Empréstimos (-) Pagamentos de Sobras (=) Caixa Líquido Gerado (Consumido)
<b>(=) Variação Líquida de Caixa</b>	<b>(=) Variação Líquida de Caixa</b>
<b>(+) Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes</b>	<b>(+) Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes</b>
<b>(=) Saldo Final de Caixa e Equivalentes</b>	<b>(=) Saldo Final de Caixa e Equivalentes</b>

Fonte: Adaptado de Santos (2008, p. 142).

## 2.6.5 Notas Explicativas

As notas explicativas devem conter informações relevantes complementares e/ou suplementares aquelas que não foram suficientemente demonstradas ou que não constam nas demonstrações contábeis. São incluídas informações patrimoniais,

financeiras, legal, física e social, bem como os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis de entidade ou seja as Notas Explicativas fazem parte das demonstrações contábeis. As informações nas Notas Explicativas devem contemplar fatores de integridade, autenticidade, os textos devem ser simples e objetivos, os dados devem permitir a comparação com anos anteriores, os assuntos devem ser agrupados conforme seus atributos comuns (SANTOS, 2008)

São obrigatórias as divulgações em notas explicativas às demonstrações financeiras, onde devem conter as seguintes informações:

- a) política, objetivos e estratégias da instituição;
- b) volumes de risco de crédito recebidos no período;
- c) montante e características das operações de créditos transferidas ou recebidas no período em decorrência dos fatos geradores previstos no contrato; segregação por tipo.

As cooperativas de crédito devem explicar em notas explicativas às demonstrações contábeis, a composição, forma e prazo de realização das parcelas referente ao rateio de perdas apuradas e reconhecidas como sobras ou perdas acumuladas (BRASIL, 2018).

## 2.7 ANÁLISE HORIZONTAL E ANÁLISE VERTICAL

As duas principais características de análise são a comparação de valores obtidos em determinado período, valores levantados em períodos anteriores e o relacionamento desses valores com outros fins, o que norteia a análise é a comparação (NETO, 2012).

A análise de balanços faz com que a contabilidade venha a ter um teor mais analítico, tendo como se obter conclusões econômicas e financeiras de uma empresa, através dessa análise. As demonstrações financeiras fornecem uma série de dados sobre a empresa, de acordo com regras contábeis. A análise de balanços transforma esses dados em informações (IUDICIBUS, 2009).

### 2.7.1 Análise Horizontal

A análise horizontal é a comparação que se faz de uma mesma conta ou grupo de conta, em diferentes exercícios sociais, permite avaliar a evolução que



ocorreu no período. Essa técnica permite que se analise a tendência passada e futura de cada valor contábil (NETO, 2012).

Conforme Iudicibus (2009) a principal finalidade da análise horizontal é apontar o crescimento dos balanços e demonstrações de resultado, pelo meio de períodos. Identifica ao longo de um determinado período de tempo, a evolução dos diversos elementos patrimoniais ou de resultado, analisando se houve ou não crescimento do item analisado.

### **2.7.2 Análise Vertical**

Análise vertical assim como a análise horizontal também é um processo comparativo que se aplica ao relacionar uma conta ou um grupo de contas em relação ao valor total do demonstrativo, ou, ainda, de cada conta em relação ao total de seu grupo de conta (NETO, 2012).

A análise vertical é aquela por meio da qual se compara cada um dos elementos do conjunto em relação ao total do conjunto. Ela evidencia a porcentagem de participação de cada elemento no conjunto. Tem como principal objetivo apresentar a importância de cada conta na demonstração a que pertence. Pode ser feita em qualquer demonstração financeira, mas alcança sua plenitude quando efetuada na demonstração do resultado do exercício (BLATT, 2001).

A análise vertical objetiva basicamente o estudo da tendência da empresa, complementando as informações das análises horizontais. Permite conhecer a estrutura econômica e financeira da empresa, ou seja, a participação relativa a cada elemento patrimonial e de resultados. Procura obter o valor percentual de cada conta ou de cada grupo de contas, em relação ao valor total do demonstrativo, ou, ainda, de cada conta em relação ao total de seu grupo de conta. Porém, a análise vertical deve ser interpretada com muito cuidado, os percentuais extraídos devem ser analisados juntamente com a análise horizontal e também com os indicadores básicos (IUDICIBUS, 2009).

### 3 METODOLOGIA

#### 3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Este trabalho será realizado através de uma pesquisa delimitada e aprofundada em uma Cooperativa de crédito caracterizando-se como Estudo de Caso e análise Documental.

O estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos considerados (GIL, 2011, pág. 57)

O estudo de caso tem por finalidade explorar situações da vida real onde os limites não estão totalmente definidos, preservar o caráter unitário do objeto estudado, descrever situações do contexto em que está sendo feita determinada investigação (GIL, 2010)

A pesquisa bibliográfica é uma revisão da bibliografia disponível sobre o assunto a ser pesquisado, fornecendo fundamentação teórica ao trabalho. A pesquisa bibliográfica como apresenta Köche (2009, p.122) é utilizada para diferentes finalidades, é desenvolvida com o objetivo de conhecer e analisar um tema utilizando o conhecimento disponível publicado na área conforme.

Conforme o autor Gil (2010) a pesquisa documental é utilizada em praticamente todas as ciências sociais e constitui um dos delineamentos mais importantes no campo da História e da Economia, apresenta muita similaridade com a pesquisa bibliográfica sendo que duas apresentam dados já existentes. A pesquisa documental é baseado em documentos elaborados com a finalidade diversas como autorização, comunicação.

O presente trabalho utiliza uma pesquisa descritiva em seu objetivos, descrevendo os procedimentos para a formação de distribuição dos resultados e como isso acontece. Conforme Gil (2010) a pesquisa descritiva tem como principal objetivo descrever características, uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coletas de dados.

A pesquisa descritiva observa, registra, analisa fatos ou dados sem manipular, procura descobrir a frequência com que um fenômeno ocorre, busca

conhecer as diversas situações e relações que ocorrem na vida social. A pesquisa descritiva se desenvolve nas ciências humanas e sociais (CERVO, 2002)

Em relação à forma de abordagem do problema, trata-se de uma pesquisa qualitativa, onde se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2013).

A presente monografia analisa os anos de 2014 a 2017 da cooperativa de crédito em estudo visto que são os anos que estão divulgados em meio eletrônico por parte da cooperativa e podem ser utilizados.

O autor Santos (2008) é o mais citado no referencial teórico pois não encontrou-se bibliografia recente sobre o assunto e por ser poucos autores que tratam sobre o tema proposto.

### 3.2 PROCEDIMENTO DA COLETA E ANÁLISE

Análise dos dados levantados utilizando o embasamento teórico, alinhado ao objetivo e a questão de pesquisa.

Levantamento de dados financeiros e contábeis da cooperativa em estudo nos anos de 2014 a 2017;

Análise dos dados coletados receitas, despesas e resultados que a cooperativa de crédito obteve e apresentação dos resultados obtidos através de análises do estudo de caso;

Demonstração dos resultados obtidos em linguagem acessível e compreensível para que haja correta interpretação dos resultados por parte de todos os interessados quanto a formação e distribuição dos resultados da cooperativa de crédito em estudo.

## 4 ESTUDO DE CASO: FORMAÇÃO DOS RESULTADOS E DISTRIBUIÇÃO

Este trabalho realizou um estudo de caso em uma cooperativa de crédito, situada na região da serra do Rio Grande do Sul, conforme seu estatuto abrange 23 municípios da serra que são eles Barão, Bento Gonçalves, Boa Vista do Sul, Bom Princípio, Carlos Barbosa, Coronel Pilar, Cotiporã, Fagundes Varela, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Monte Belo do Sul, Nova Pádua, Nova Roma do Sul, Pinto Bandeira, Santa Tereza, São Marcos, São Pedro da Serra, São Sebastião do Caí, São Vendelino, Veranópolis, Vila Flores e Tupandi. A cooperativa atua nesses municípios através de 29 pontos de atendimento isso se dá devido resultado da expansão e crescimento que foi acontecendo ao longo de sua história. A cooperativa foi constituída em novembro de 1985, mas deu início a suas atividades em 1986.

### 4.1 ANÁLISE DOS RESULTADOS ANUAIS

Os exercícios sociais analisados serão referentes aos anos 2014 a 2017, onde as demonstrações contábeis irão ser apresentadas de maneira compreensível e transparente para melhor entendimento do leitor e dos associados.

A demonstração dos resultados deve ser feita de forma clara e objetiva de maneira que a mensagem repassada seja entendida por todos os associados. Sendo assim destaca-se a importância do entendimento das contas que envolvem a distribuição dos resultados.

- **Receitas Totais:** é o resultado das receitas brutas sem a dedução de impostos incluindo as receitas de operações de atos não cooperativos.

- **Despesas Totais:** é o somatório das despesas totais onde pode-se destacar despesas administrativas onde engloba a folha de pagamento, aluguéis, materiais e serviços especializados, despesa de captação que se refere a juros pagos às aplicações, despesas operacionais e tributárias envolvendo os impostos, estornos, confederação e fundo garantidor, provisões de operações de créditos.

- **Resultado antes das Destinações:** É o resultado apurado das receitas diminuídas das despesas.

- **IR E CSSL:** É o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido cobrados pelos atos não cooperativos.

- Resultado Líquido do Exercício: é o resultado das receitas menos as despesas já deduzidas dos impostos. Valor este que fica disponível a AGO.

É de grande importância saber que as tributações nas cooperativas de crédito são cobradas pelos atos não cooperativos, ou seja, com produtos e serviços com não associados.

#### 4.1.1 Exercício social 2014

A Tabela 1 apresenta as receitas do exercício social do ano de 2014, bem como suas respectivas despesas e o resultado do seu referido exercício social, em milhares de reais.

Tabela 1 – Demonstrações Financeiras 2014

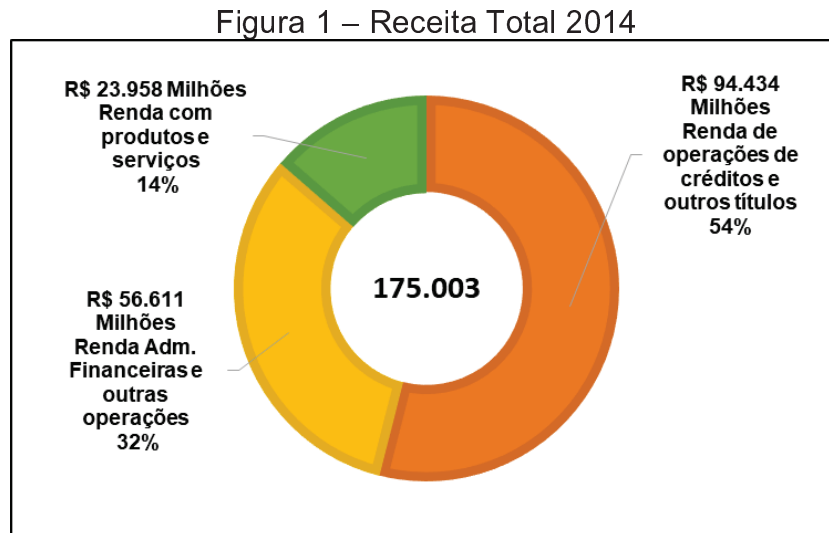
Receita total	R\$	175.003
Renda de operações de créditos e outros títulos	R\$	94.434
Renda Adm. Financeiras e outras operações	R\$	56.611
Renda com produtos e serviços	R\$	23.958
<b>Despesa Total</b>	<b>R\$</b>	<b>145.355</b>
(-) Despesa de captação	R\$	54.517
(-) Despesas Administrativas	R\$	53.327
(-) Despesas Operacionais e tributárias	R\$	24.213
(-) Provisões de operações de crédito	R\$	13.298
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b>	<b>R\$</b>	<b>30.852</b>
IR/CSLL	R\$	1.204
<b>Resultado do Exercício antes das destinações</b>	<b>R\$</b>	<b>29.648</b>

Fonte: Adaptado pela autora

Na Tabela 1 a receita total no exercício social de 2014 é de R\$ 175.003, sendo que a receita total é constituída de R\$ 94.434 vindas de rendas com operações de crédito e outros títulos; R\$ 56.611 rendas de administração financeiras e outras operações; R\$ 23.958 renda com produtos e serviços. A despesa total é de R\$ 145.355 sendo que as despesas são constituídas da seguinte maneira R\$ 54.517 são despesas de captação; R\$ 53.327 despesas administrativas; R\$ 24.213 despesas operacionais e tributárias e R\$ 13.298 provisões de operações de crédito. Sendo que as receitas totais diminuindo as despesas dá o resultado antes da tributação sobre o lucro. A tributação sobre o lucro totaliza R\$ 1.204, diminuindo-a o

lucro do exercício antes das destinações totaliza R\$ 29.648 milhões. Os resultados do exercício serão analisados de forma conjunta no sub-capítulo sob nº 4.1.6.

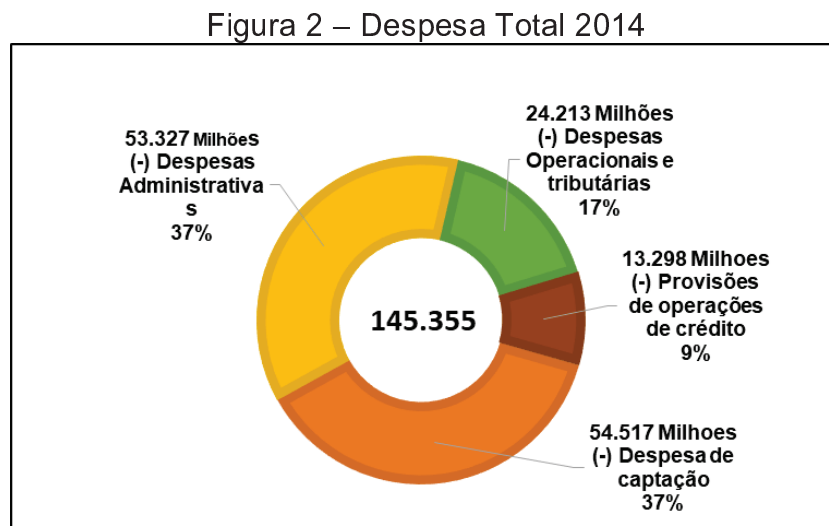
A figura 1 demonstra a receita total do ano de 2014 com seus respectivos percentuais de participação em cada renda.



Fonte: Adaptado pela autora

A Figura 1 mostra que receita total referente ao ano de 2014 a renda com operações de crédito e outros títulos corresponde a 54% do total este com maior representatividade, já a renda administrativa, financeira e outras operações representando 32% e a renda com produtos e serviços possui uma participação de 14% no total da receita.

Na figura 2 será apresentado a despesa total referente ao exercício do ano de 2014, cada representado pelo seu percentual correspondente a despesa.



Fonte: Adaptado pela autora

A Figura 2 representa a despesa total do ano social de 2014 da Cooperativa, sendo que despesas administrativas e despesa de captação possuem a mesma representatividade de 37% sobre a despesa total, as despesas operacionais e tributárias onde engloba estornos, confederação e fundo garantidor é representado por 17% e as provisões de operações de crédito representando 9% das despesas totais do exercício de 2014.

#### 4.1.2 Exercício social 2015

A Tabela 2 apresenta as receitas totais e despesas referente ao exercício do ano de 2015 juntamente com seu respectivo resultado. Os valores são representados em milhares de reais.

Tabela 2 – Demonstrações Financeiras 2015

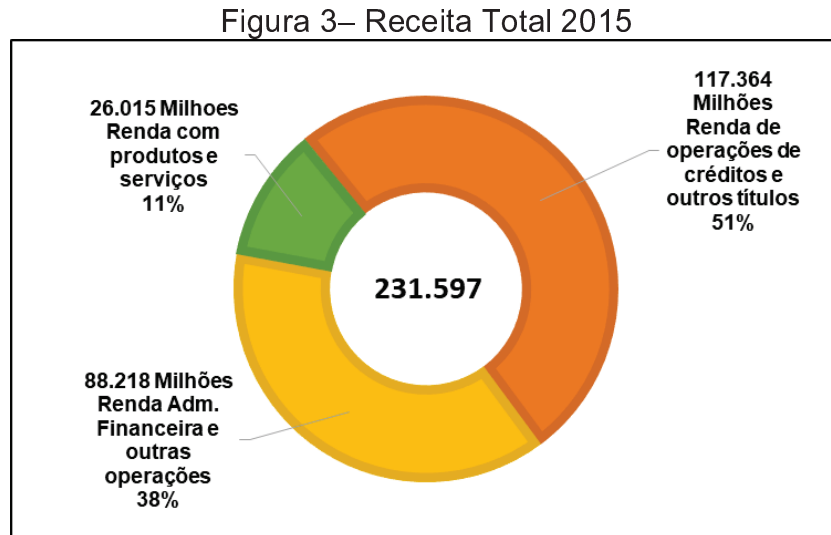
Receita total	R\$	231.597
Renda de operações de créditos e outros títulos	R\$	117.364
Renda Adm. Financeira e outras operações	R\$	88.218
Renda com produtos e serviços	R\$	26.015
<b>Despesa Total</b>	<b>R\$</b>	<b>194.599</b>
(-) Despesa de captação	R\$	81.830
(-) Despesas Administrativas	R\$	61.711
(-) Despesas Operacionais e tributárias	R\$	30.984
(-) Provisões de operações de crédito	R\$	20.074
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b>	<b>R\$</b>	<b>37.668</b>
IR/CSLL	R\$	670
<b>Resultado do Exercício antes das destinações</b>	<b>R\$</b>	<b>36.998</b>

Fonte: Adaptado pela autora

A Tabela 2 demonstra a receita total do exercício social do ano de 2015, totalizando R\$ 231.597 constituída de R\$ 117.364 de renda de operações de créditos e outros títulos, com renda administrativa financeira e outras operações R\$ 88.218, e R\$ 26.015 de renda com produtos e serviços. A despesa total é de R\$ 194.599 sendo constituída por R\$ 81.830 por despesa de captação, R\$ 61.711 despesas administrativas, despesas operacionais e tributárias R\$ 30.984, provisões de operações de crédito R\$ 20.074. Sendo que as receitas totais diminuindo as despesas dá o resultado antes da tributação sobre o lucro onde o mesmo totaliza R\$ 670, diminuído a tributação o lucro do exercício antes das destinações totaliza R\$

36.998. Os resultados do exercício serão analisados de forma conjunta no capítulo sob nº 4.1.6.

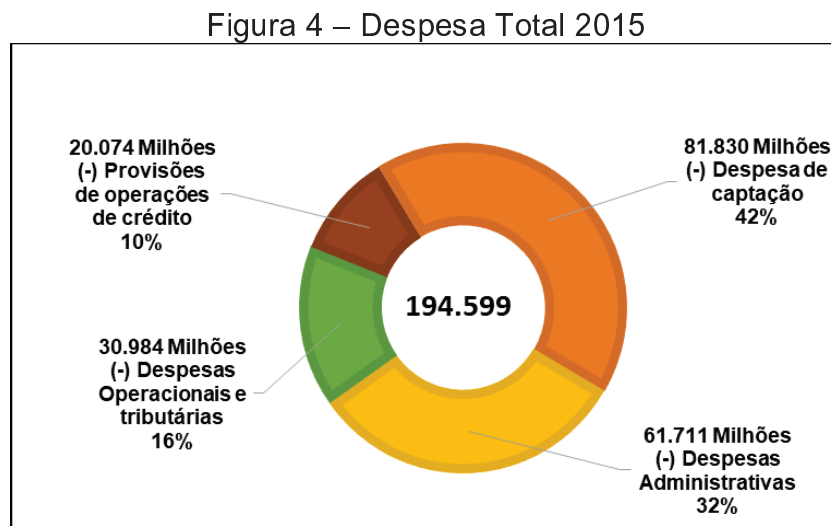
A Figura 3 apresenta a receita total do exercício social do ano de 2015, sendo representado o percentual de cada renda.



Fonte: Adaptado pela autora

A Figura 3 apresenta a receita total do exercício social do ano de 2015, com a renda de operações de crédito e outros títulos possui uma representatividade de 51% sobre a receita total, renda administrativa financeira e outras operações representa 38% e renda com produtos e serviços com representação menor de 11%.

A Figura 4 apresenta a despesa total do exercício social do ano de 2015, sendo apresentado o percentual de cada despesa.



Fonte: Adaptada pela autora



A Figura 4 representa a despesa total do exercício social do ano de 2015, sendo constituída pela despesa de captação que são os juros pagos representando 42%, despesas administrativas que compõe folha de pagamento, alugueis, materiais e serviços especializados, com representatividade de 32%, despesas operacionais e tributárias representa 16% e 10% sendo representado por provisões de operações de crédito.

#### 4.1.3 Exercício social 2016

A Tabela 3 representado em milhares de reais apresenta as receitas totais juntamente com as despesas e seus respectivos resultados referente ao exercício social do ano de 2016. Os valores apresentados são em milhares de reais.

Tabela 3 – Demonstrações Financeiras 2016

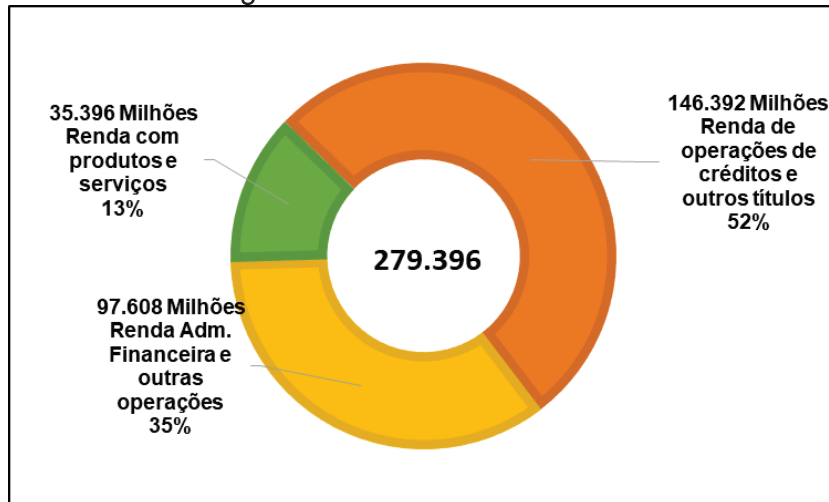
Receita total	R\$	279.39
Renda de operações de créditos e outros títulos	R\$	146.392
Renda Adm. Financeira e outras operações	R\$	97.608
Renda com produtos e serviços	R\$	35.396
<b>Despesa Total</b>	<b>R\$</b>	<b>236.495</b>
(-) Despesa de captação	R\$	107.473
(-) Despesas Administrativas	R\$	72.186
(-) Despesas Operacionais e tributárias	R\$	37.735
(-) Provisões de operações de crédito	R\$	19.101
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b>	<b>R\$</b>	<b>42.901</b>
IR/CSLL		-
<b>Resultado do Exercício antes das destinações</b>	<b>R\$</b>	<b>42.901</b>

Fonte: Adaptado pela autora

A Tabela 3 apresenta a receita total do exercício social de 2016 de R\$ 279.396, sendo constituída com renda de operações de crédito e outros títulos R\$ 146.392; renda administrativa financeira e outras operações R\$ 97.608 e renda com produtos e serviços R\$ 35.396. A despesa total é de R\$ 236.495, constituída de R\$ 107.473 das despesa de captação, R\$ 72.186 despesas administrativas, R\$ 37.735 despesas operacionais e tributárias e R\$ 19.101 com provisões de operações de crédito. As receitas diminuídas das despesas gera o resultado do exercício antes das destinações que corresponde a R\$ 42.901. Os resultados do exercício serão analisados de forma conjunta no sub capítulo sob nº 4.1.6.

A Figura 5 apresenta a receita total do exercício social de 2016, apresentando o percentual de cada renda.

Figura 5 – Receita Total 2016

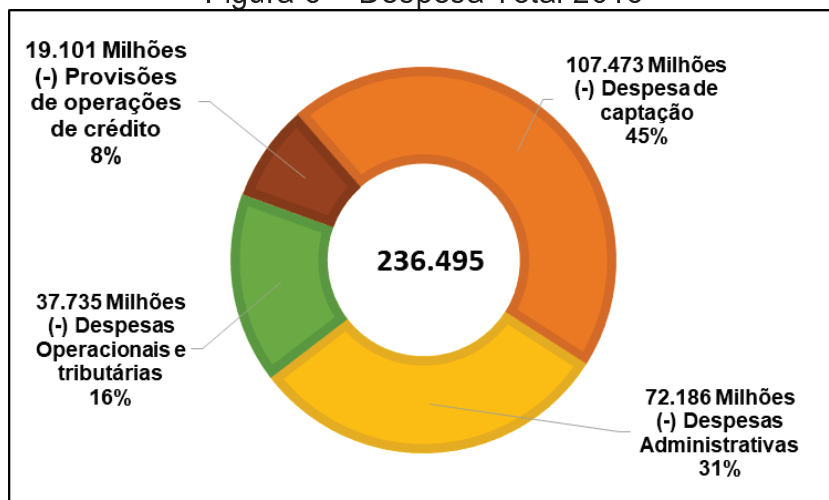


Fonte: Adaptado pela autora

A Figura 5 apresenta a receita total do exercício social do ano de 2016, com a receita de operações de crédito e outros títulos representando 52%; das rendas administrativas financeira e outras operações com uma representatividade de 35% e renda com produtos e serviços representando 13%.

A Figura 6 apresenta a despesa total do ano de 2016, apresentando o percentual correspondente a cada despesa abordada.

Figura 6 – Despesa Total 2016



Fonte: Adaptado pela autora

A Figura 6 apresenta a despesa total do exercício social do ano de 2016 onde as despesas de captação representa 45% sobre a despesa total; as despesas administrativas tem uma representatividade de 31%; as despesas operacionais e tributárias representando 16%; e as provisões de operações de crédito representando 8%.

#### 4.1.4 Exercício social 2017

A Tabela 4 representado em milhares de reais apresenta as receitas totais juntamente com as despesas e seus respectivos resultados referente ao exercício social do ano de 2017. Os valores apresentados são em milhares de reais.

Tabela 4 – Demonstrações Financeiras 2017

Receita total	R\$	278.619
Renda de operações de créditos e outros títulos	R\$	148.933
Renda Adm. Financeira e outras operações	R\$	85.013
Renda com produtos e serviços	R\$	44.673
<b>Despesa Total</b>	<b>R\$</b>	<b>227.217</b>
(-) Despesa de captação	R\$	93.889
(-) Despesas Administrativas	R\$	81.477
(-) Despesas Operacionais e tributárias	R\$	39.679
(-) Provisões de operações de crédito	R\$	12.172
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b>	<b>R\$</b>	<b>51.652</b>
IR/CSLL	R\$	250
<b>Resultado do Exercício antes das destinações</b>	<b>R\$</b>	<b>51.402</b>

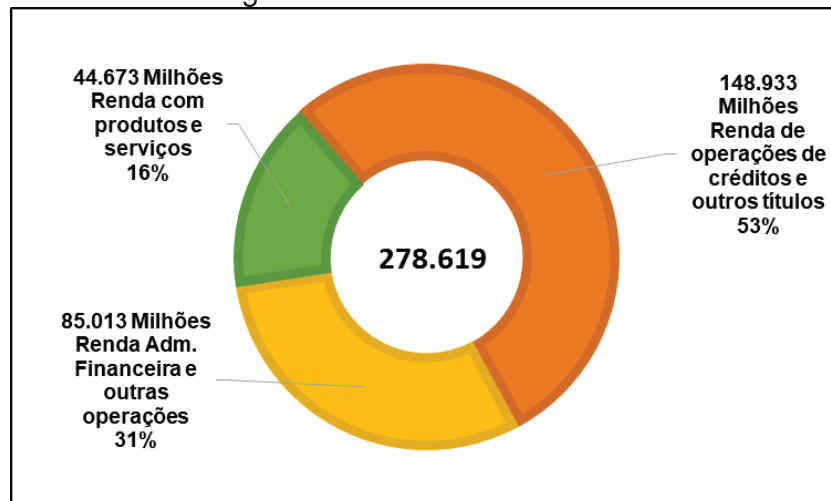
Fonte: Adaptado pela autora

A Tabela 4 apresenta a receita total do exercício social do ano de 2017, onde a receita totaliza o valor R\$ 278.619, constituída de R\$ 148.933 das renda de operações de créditos e outros títulos; R\$ 85.013 das rendas administração financeira e outras operações; e R\$ 44.673 das rendas com produtos e serviços. A despesa total é de R\$ 227.217, constituída de despesa de captação sendo de R\$ 93.889; despesas administrativas de R\$ 81.477; despesas operacionais e tributárias de R\$ 39.679 e provisões de operações de crédito de R\$12.172. As receitas diminuídas das despesas gera o resultado antes da tributação sobre o lucro que corresponde a R\$ 250 diminuído as tributações o resultado do exercício antes das

destinações corresponde o valor de R\$ 51.402. Os resultados do exercício serão analisados de forma conjunta no sub capítulo sob nº 4.1.6.

A Figura 7 apresenta a receita total correspondente ano de 2017, apresentando o percentual a cada renda.

Figura 7 – Receita Total 2017

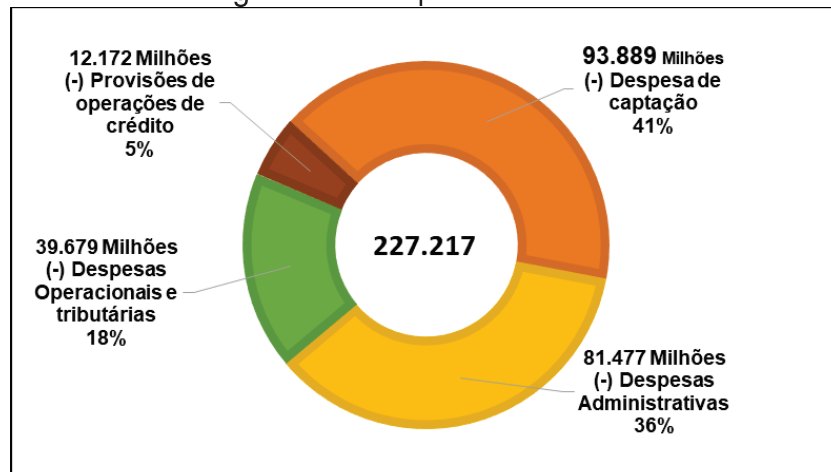


Fonte: Adaptado pela autora

A Figura 7 apresenta a receita total do exercício social do ano de 2017, com representatividade de 53% para as rendas de operações de créditos e outros títulos; 31% para rendas administrativas financeira e outras operações; e 16% com produtos e serviços.

A Figura 8 apresenta a despesa total correspondente ao ano de 2017, apresentando o percentual que se refere a cada despesa.

Figura 8 – Despesa Total 2017



Fonte: Adaptado pela autora

A Figura 8 apresenta a despesa total do exercício social do ano de 2017, onde as despesas de captação representa 41% sobre a despesa total; as despesas administrativas representa 36%, as despesas operacionais e tributárias representam 18% e as provisões de operações de crédito representando 5%.

#### 4.1.5 Análise das Receitas e Despesas

Na Tabela 5 apresenta o demonstrativos em conjunto das receitas e despesas dos exercícios sociais de 2014 a 2017. Os valores apresentados são em milhares de reais.

Tabela 5 – Receitas e Despesas

	2014	2015	2016	2017
Receita Total	175.003	231.597	279.396	278.619
Varição	-	32%	21%	-0,28%
Despesa Total	145.355	194.599	236.495	227.217
Varição	-	34%	22%	-4%

Fonte: Adaptado pela autora

Em análise do aumento das receitas anual conforme demonstra a tabela 5 pode-se notar que no ano de 2015 ouve um acréscimo de 32% em relação ao ano de 2014. No ano de 2016 o aumento representa 21% em relação ao ano de 2015 e no ano de 2017 ouve uma pequena diminuição de 0,28% em relação ao ano de 2016. Quanto as despesas anuais percebe-se que no ano de 2015 aumentaram 34%, esse aumento ocorre pois ouve um aumento bastante significativo nas despesas com operações de captação no mercado onde no ano de 2014 a despesa era de R\$ 54.517 e em 2015 passou para R\$ 81.830 ou seja ouve um aumento de 50% de um ano para o outro. No ano de 2016 o aumento da despesa em relação ao ano de 2015 foi de R\$ 22% e no ano de 2017 em relação ao ano de 2016 ouve uma diminuição de 4%.

#### 4.1.6 Destinação do Resultado

Visando agregar valores aos seu cooperados as cooperativas de crédito desenvolvem suas atividades com transparência e objetividade, e cada cooperativa respeitando seu estatuto social. Buscando sempre melhorar esta visão procuram

analisar seus resultados de maneira que consolide a cooperativa e atenda as necessidades de seus associados.

As sobras de uma cooperativa de crédito são a diferença entre os ingressos e os dispêndios, as sobras acabam retornando ao associado na proporção que o cooperado utiliza seus produtos e serviços, antes da destinação dos resultados aos associados são destinados aos fundos obrigatórios definido no estatuto.

As sobras compreendem todos os resultados do exercício após as deduções dos impostos com IR E CSLL, e que são destinadas as reservas estatutárias juros aos capital próprio (pagos aos sócios) além da distribuição das sobras aos seus cooperados.

A Tabela 6 apresenta resultados com suas destinações obrigatórias, conforme legislação, no exercício social do ano de 2014. Os valores apresentados são em milhares de reais.

Tabela 6 – Destinações 2014

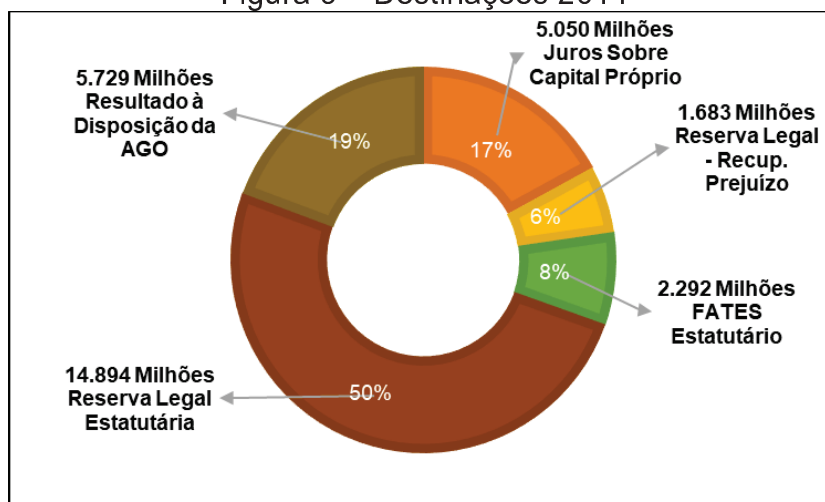
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES</b>	<b>R\$</b>	<b>29.648</b>
Juros capital próprio	R\$	5.050
Reserva legal - recup. Prejuízo	R\$	1.683
<b>DESTINAÇÕES</b>	<b>R\$</b>	<b>22.915</b>
Fates estatutário	R\$	2.292
Reserva legal estatutária	R\$	14.894
A disposição da AGO	R\$	5.729

Fonte: Adaptado pela autora

A Tabela 6 apresenta as destinações do exercício social de 2014, onde as sobras do exercício antes das destinações correspondem a R\$ 29.648, deduzidos os juros sobre capital próprio de R\$ 5.050 e reserva legal - recuperação de prejuízo de R\$ 1.683. As destinações obrigatórias previstas no estatuto da cooperativa, o FATES é de R\$ 2.292, a reserva legal estatutária é de R\$ 14.894 e o resultado que fica à disposição da AGO é R\$ 5.729. O FATES corresponde a 10% do valor das destinações e Reserva legal representa 65% conforme estatuto da cooperativa.

A Figura 9 apresenta o percentual referente a cada destinação com base no resultado total antes das destinações ocorridas em 2014.

Figura 9 – Destinações 2014



Fonte: Adaptado pela autora

A Figura 9 apresenta quanto cada destinação do exercício social de 2014 representa sobre seu total de R\$ 29.648. A reserva legal estatutária representa 50% sobre o total dos resultados antes das destinações, os juros sobre o capital próprio representando 17%, o FATES representa 8%, reserva legal representa 6% e o resultado que fica à disposição da AGO tem uma representatividade de 19%.

A Tabela 7 apresenta resultados com suas destinações obrigatórias, conforme legislação, no exercício social do ano de 2015. Os valores apresentados são em milhares de reais.

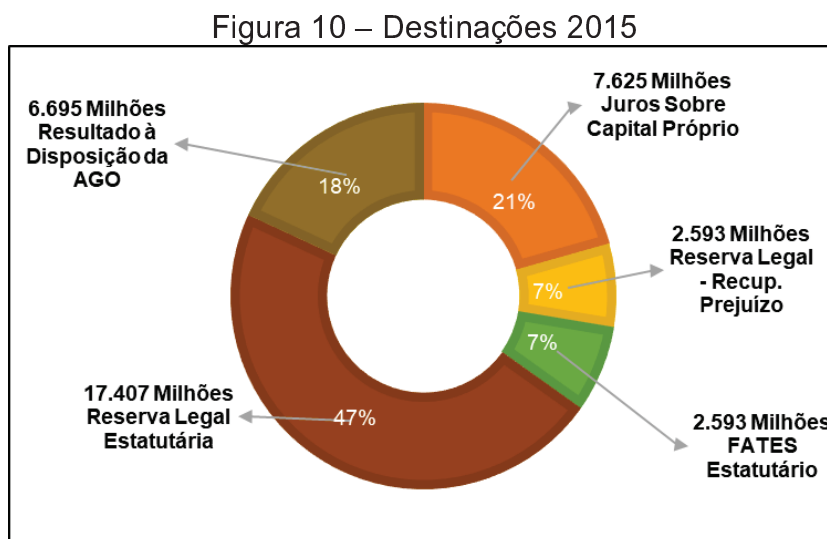
Tabela 7 – Destinações 2015

<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES</b>	R\$	36.998
Juros Sobre Capital Próprio	R\$	7.625
Reserva Legal - Recup. Prejuízo	R\$	2.593
<b>DESTINAÇÕES</b>	R\$	26.780
FATES Estatutário	R\$	2.678
Reserva Legal Estatutária	R\$	17.407
Resultado à Disposição da AGO	R\$	6.695

Fonte: Adaptado pela autora

A Tabela 7 apresenta as destinações do exercício social de 2015, onde as sobras do exercício antes das destinações correspondem a R\$ 36.998, deduzidos os juros sobre capital próprio de R\$ 7.625 e reserva legal - recuperação de prejuízo de R\$ 2.593. As destinações obrigatórias previstas no estatuto da cooperativa, o FATES é de R\$ 2.678, a reserva legal estatutária é de R\$ 17.407 e o resultado que fica à disposição da AGO é R\$ 6.695.

A Figura 10 apresenta o percentual referente a cada destinação com base no resultado total antes das destinações ocorridas em 2015.



Fonte: Adaptado pela autora

A Figura 10 apresenta quanto cada destinação do exercício social de 2015 representa sobre seu total. A reserva legal estatutária representa 47% sobre o total dos resultados antes das destinações, os juros sobre o capital próprio representando 21%, o FATES e reserva legal representam 7%, e o resultado que fica à disposição da AGO tem uma representatividade de 18%.

A Tabela 8 apresenta resultados com suas destinações obrigatórias, conforme legislação, no exercício social do ano de 2016. Os valores apresentados são em milhares de reais.

**Tabela 8 – Destinações 2016**

<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES</b>	R\$	42.901
Juros Sobre Capital Próprio	R\$	9.373
Reserva Legal - Recup. Prejuízo	R\$	1.841
<b>DESTINAÇÕES</b>	R\$	31.687
FATES Estatutário	R\$	3.169
Reserva Legal Estatutária	R\$	20.596
Resultado à Disposição da AGO	R\$	7.922

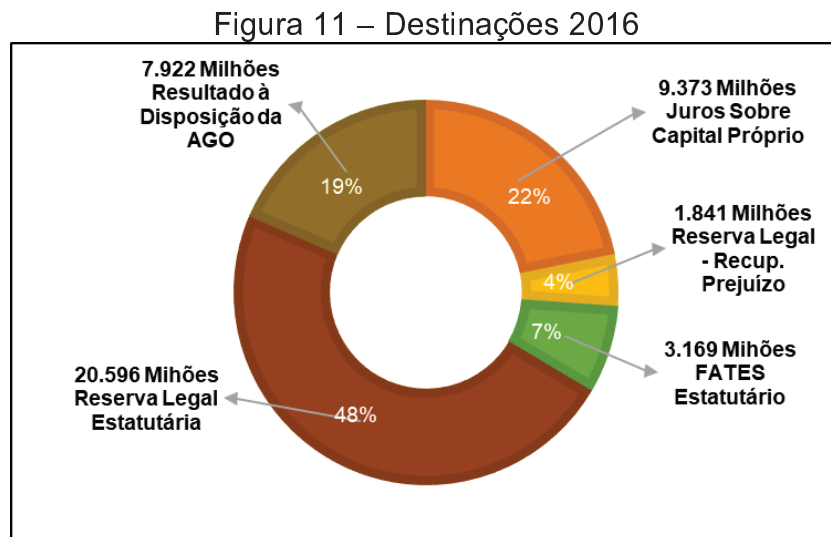
Fonte: Adaptada pela autora

A Tabela 8 apresenta as destinações do exercício social de 2016, onde as sobras do exercício antes das destinações correspondem a R\$ 42.901, deduzidos os juros sobre capital próprio de R\$ 9.373 e reserva legal - recuperação de prejuízo de



R\$ 1.841. As destinações obrigatórias previstas no estatuto da cooperativa, o FATES é de R\$ 3.169, a reserva legal estatutária é de R\$ 20.596 e o resultado que fica à disposição da AGO é R\$ 7.922.

A Figura 11 apresenta o percentual referente a cada destinação com base no resultado total antes das destinações ocorridas em 2016.



Fonte: Adaptado pela autora

A Figura 11 apresenta quanto cada destinação do exercício social de 2016 representa sobre seu total. A reserva legal estatutária representa 48% sobre o total dos resultados antes das destinações, os juros sobre o capital próprio representando 22%, o FATES representa 4%, reserva legal representa 4% e o resultado que fica à disposição da AGO tem uma representatividade de 19%.

A Tabela 9 apresenta resultados com suas destinações obrigatórias, conforme legislação, no exercício social do ano de 2017. Os valores apresentados são em milhares de reais.

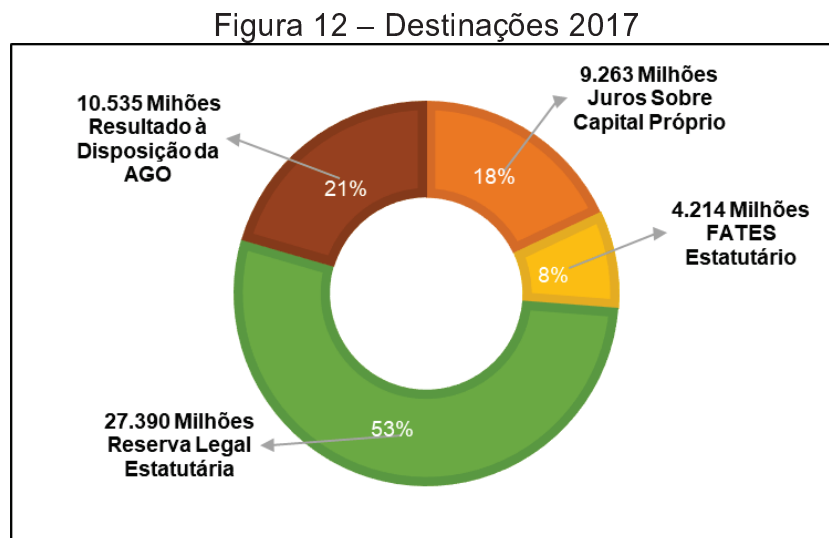
Tabela 9 – Destinações 2017

<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES</b>	R\$ 51.402
Juros Sobre Capital Próprio	R\$ 9.263
<b>DESTINAÇÕES</b>	R\$ 42.139
FATES Estatutário	R\$ 4.214
Reserva Legal Estatutária	R\$ 27.390
Resultado à Disposição da AGO	R\$ 10.535

Fonte: Adaptado pela autora

A Tabela 9 apresenta as destinações do exercício social de 2017, onde as sobras do exercício antes das destinações correspondem a R\$ 51.402, deduzidos os juros sobre capital próprio de R\$ 9.263. As destinações obrigatórias previstas no estatuto da cooperativa, o FATES é de R\$ 4.214, a reserva legal estatutária é de R\$ 27.390 e o resultado que fica à disposição da AGO é R\$ 10.535.

A Figura 12 apresenta o percentual referente a cada destinação com base no resultado total antes das destinações ocorridas em 2017.



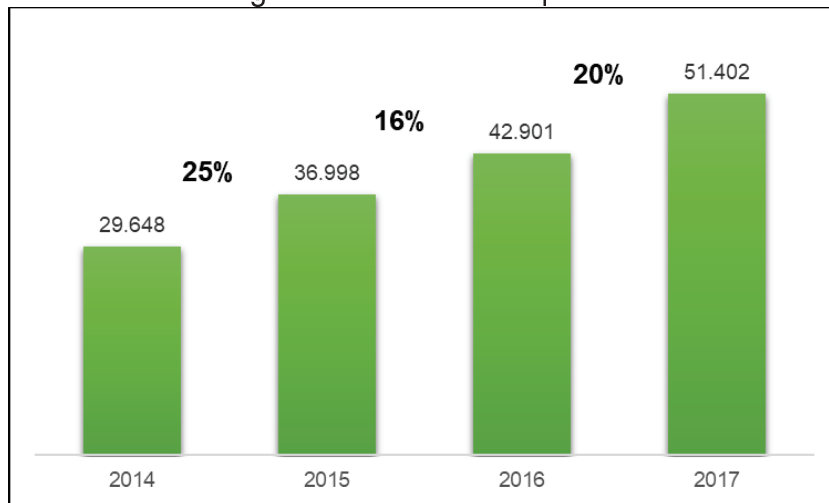
Fonte: Adaptado pela autora

A Figura 12 apresenta quanto cada destinação do exercício social de 2017 representa sobre seu total. A reserva legal estatutária representa 53% sobre o total dos resultados antes das destinações, os juros sobre o capital próprio representando 18%, o FATES representa 8% e o resultado que fica à disposição da AGO tem uma representatividade de 21%.

#### **4.1.7 Análise dos Resultados das Destinações**

A Figura 13 apresenta uma análise do crescimento dos resultados antes das suas destinações legais e estatutárias, referente dos exercícios sociais de 2014 a 2017. Os valores apresentados são em milhões de reais.

Figura 13 – Sobras Líquidas

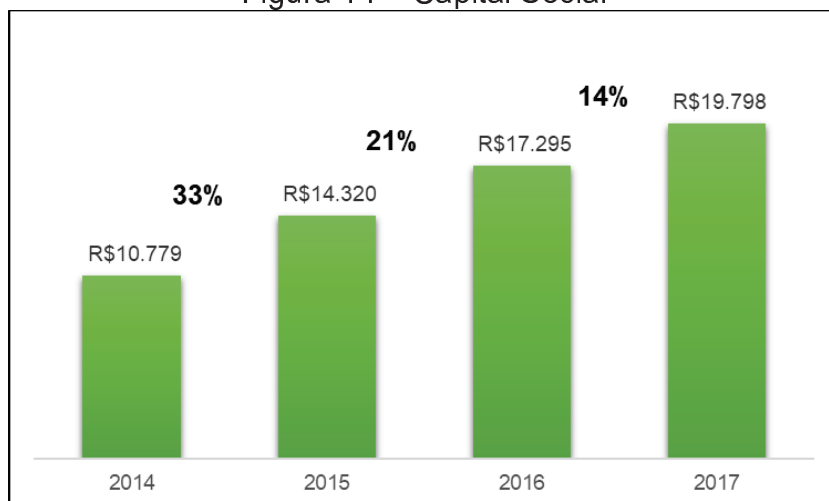


Fonte: Adaptado pela autora

A Figura 13 demonstra o crescimento dos resultados da cooperativa nos exercícios sociais de 2014 a 2017 antes das destinações legais e estatutárias. No ano de 2015 o crescimento em relação ao ano de 2014 foi de 25% onde em 2014 o resultado foi de R\$ 29.648 e em 2015 o resultado foi R\$ 36.998, no ano de 2016 em relação a 2015 o crescimento foi de 16% onde o resultado do ano de 2016 foi de R\$ 42.901 e no ano de 2017 em comparação com 2016 o crescimento foi de 20%, sendo que o resultado em 2017 foi de R\$ 51.402.

A Figura 14 apresenta o crescimento do capital social com análise dos exercícios sociais de 2014 a 2017. Os valores são apresentados em milhões de reais.

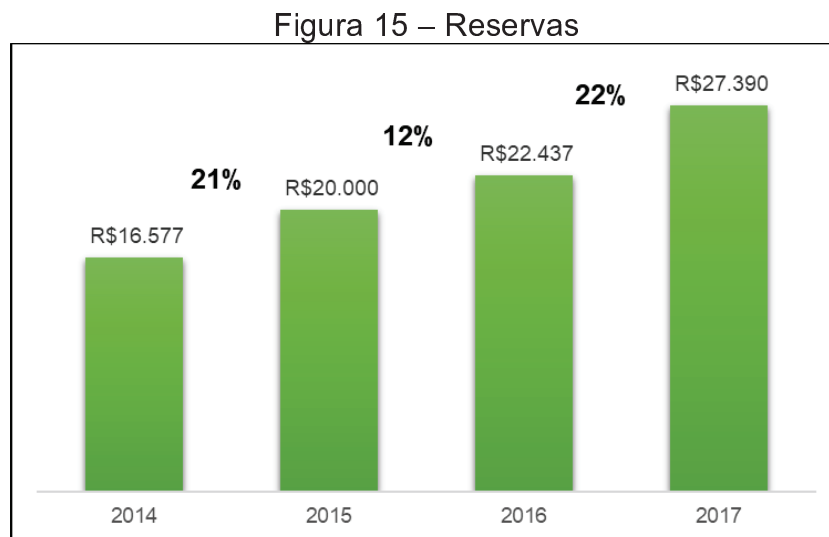
Figura 14 – Capital Social



Fonte: Adaptado pela autora

A figura 14 apresenta o aumento do capital social, onde fez-se a soma dos juros sobre o capital próprio e o resultado à disposição da AGO, referente a cada exercício. Em 2014 o capital foi de R\$ 10.779, onde R\$ 5.050 corresponde aos juros pagos sobre o capital próprio e R\$ 5.729 resultado à disposição da AGO. Em 2015 o capital corresponde a R\$ 14.320, sendo R\$ 7.625 de juros pagos sobre o capital próprio e R\$ 6.695 resultados a disposição da AGO. Em 2016 o capital social corresponde a R\$ 17.295, onde R\$ 9.373 é de juros pagos ao capital próprio e R\$ 7.922 do resultado a disposição a AGO. Em 2017 o capital social soma R\$ 19.798, distribuído por R\$ 9.263 juros sobre o capital próprio e R\$ 10.535. O crescimento corresponde a 33%, 21% e 14% todos os percentuais são referentes ao ano anterior. A cada ano passado a cooperativa em estudo vem aumentando seu capital social, isso devido aos resultados positivos que a cooperativa obteve.

A Figura 15 apresenta o crescimento das reservas com análise dos exercícios sociais de 2014 a 2017. As reservas correspondem ao somatório da reserva legal e reserva legal estatutária. Os valores são apresentados em milhões de reais.

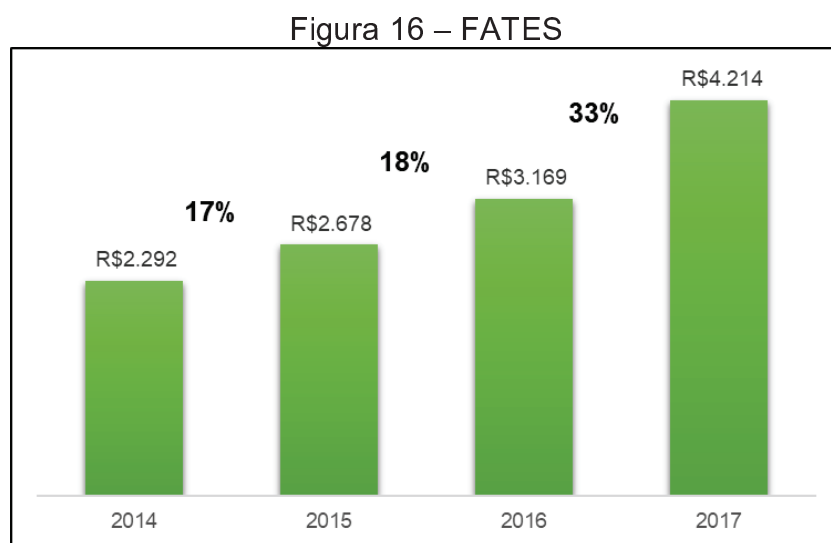


Fonte: Adaptado pela autora

A Figura 15 apresenta o aumento das reservas onde é o somatório da reserva legal – recuperação de prejuízo e reserva legal estatutária referente a cada exercício. Em 2014 a reserva foi de R\$ 16.577, onde R\$ 1.683 corresponde a reserva legal – recuperação de prejuízo e R\$ 14.894 de reserva legal estatutária. Em 2015 a reserva totaliza R\$ 20.000, sendo R\$ 2.593 de reserva legal – recuperação

de prejuízo e R\$ 17.407 de reserva legal estatutária. Em 2016 as reservas totaliza 22.437, sendo R\$ 1.841 de reserva legal - recuperação de prejuízo e R\$ 20.596 de reserva legal estatutária. Em 2017 a reserva é de R\$ 27.390 sendo ela apenas de reserva legal estatutária. O crescimento corresponde a 21%, 12%, 22%, os percentuais são referente a análise de crescimento em relação ao ano anterior.

A Figura 16 apresenta o crescimento dos resultados destinados ao FATES proporcional aos exercícios sociais de 2014 a 2017. Os valores são apresentados em milhões de reais.



Fonte: Adaptado pela autora

A Figura 16 demonstra o crescimento do FATES referente a cada período, observando que em 2014 a destinação foi de R\$ 2.292, em 2015 a destinação foi de R\$ 2.678, em 2016 a destinação foi de R\$ 3.169 e no ano de 2017 a destinação foi de R\$ 4.214, havendo um crescimento de 17%, 18%, 33%, os percentuais são referentes a análise de crescimento em relação ao ano anterior.

A tabela 10 apresenta o percentual do crescimento das receitas totais em relação ao resultado do exercício antes das destinações. Os valores apresentados são em milhares de reais.

**Tabela 10 – Receitas em relação aos Resultados**

<b>ANO</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
RECEITAS	R\$ 175.003,00	R\$ 231.597,00	R\$ 279.396,00	R\$ 278.619,00
SOBRAS	R\$ 29.648,00	R\$ 36.998,00	R\$ 42.901,00	R\$ 51.402,00
<b>DIRERENÇA</b>	<b>16,94%</b>	<b>15,98%</b>	<b>15,35%</b>	<b>18,45%</b>

Fonte: Adaptado pela autora

A Tabela 10 demonstra as receitas totais, os resultados e o percentual que os resultados apresenta sobre a receita. No ano de 2014 as receitas são de R\$ 175.003 e as sobras R\$ 29.648 sendo que os resultados representa 17% sobre as receitas, em 2015 as receitas são de R\$ 231.597 e os resultados 36.998 tendo uma representatividade de 16% sobre as receitas, em 2016 as receitas apresentavam 279.396 e os resultados R\$ 42.901 representando 15% sobre as receitas e no ano de 2017 as receitas representam R\$ 278.619 e os resultados R\$ 51.402 tendo uma representatividade de 18% sobre as sobras.

O crescimento dos resultados referente aos anos sociais primeiro ano do estudo de caso 2014 e o último ano 2017 apresenta uma evolução que aconteceu no ano de 2017 em relação ao 2014. Em 2014 o resultado antes das destinações é de R\$ 29.648, no ano de 2017 o resultado representa o valor de R\$ 51.402 ou seja do ano de 2014 para 2017 ouve um aumento de 73% dos resultados, com isso percebe-se que os resultados da cooperativa vem crescendo, sendo positivo para a cooperativa e também aos seus cooperados.

#### **4.1.8 Análise Vertical e Análise Horizontal**

Através da Análise Horizontal e Vertical, pode-se comparar a evolução que a cooperativa obteve no período de 2014 a 2017. Dessa forma será apresentado na tabela 11 a análise vertical e horizontal dos anos de 2014, 2015, 2016 e 2017 baseado na Demonstração de Sobras ou Perdas.

Na análise da Demonstração de sobras e perdas da cooperativa pode-se identificar que as sobras foram aumentando sendo que em 2015 em comparação com o ano de 2014 as sobras aumentaram 24,79%, já no ano de 2016 o crescimento foi de 44,70% em relação ao ano de 2014, e em 2017 o crescimento foi de 73,37% respectivamente, pode-se ainda identificar que os ingressos também aumentaram a cada ano. Em outros ingressos no ano de 2017 em comparação com 2014 aumentou 93,13%. Nota-se que de 2014 a 2017 as provisões de crédito de liquidação duvidosa diminuíram 8,47%, demonstrando que a cooperativa vem diminuindo as provisões.

Tabela 11 – Análise Horizontal e Análise Vertical

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS (Em milhares de reais)											
	2014	AV	2015	AV	AH	2016	AV	AH	2017	AV	AH
INGRESSOS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	94.434	100,00%	117.364	100,00%	24,28%	146.392	100,00%	55,02%	148.933	100,00%	57,71%
Operações de Crédito	92.261	97,70%	109.755	93,52%	-100,00%	121.992	83,33%	32,22%	126.897	85,20%	37,54%
Receita de Títulos e Valores Mobiliários	2.171	2,30%	7.609	6,48%	250,48%	24.400	16,67%	1023,91%	22.036	14,80%	915,02%
DISPÊNDIOS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	74.471	78,86%	110.900	94,49%	48,92%	110.263	75,32%	48,06%	117.638	78,99%	57,96%
Despesa de Captação	54.517	57,73%	81.830	69,72%	50,10%	81.754	55,85%	49,96%	93.889	63,04%	72,22%
Despesa de Empréstimos e Repasses	6.656	7,05%	8.996	7,67%	35,16%	8.435	5,76%	26,73%	11.577	7,77%	73,93%
Provisão de crédito de Liquidação Duvidosa	13.298	14,08%	20.074	17,10%	50,96%	20.074	13,71%	50,96%	12.172	8,17%	-8,47%
OUTROS INGRESSOS E DISPÊNDIOS OPERACIONAIS	10.489	11,11%	31.442	26,79%	199,76%	20.947	14,31%	99,70%	20.257	13,60%	93,13%
IR E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	1.204	1,27%	670	0,57%	-44,35%		0,00%	0,00%	250	0,17%	-79,24%
SOBRAS	29.648	31,40%	36.998	31,52%	24,79%	42.901	29,31%	44,70%	51.402	34,51%	73,37%

Fonte: Adaptado pela autora.

## 4.2 ANÁLISE DAS RECEITAS, DESPESAS E RESULTADOS

Tendo em vista agregar valor aos seus cooperados as cooperativas de crédito desenvolvem suas atividades com objetividade e transparência. Procurando sempre melhorar essa visão as cooperativas buscam atender seu associados.

As cooperativas de crédito para o Banco Central do Brasil exercem importante contribuição ao Sistema Financeiro Nacional e para a economia do país, evidenciada na inclusão financeira, na capacitação cooperativista e financeira, por ter um custo operacional menor, oferecendo produtos e serviços com taxas menores, e ao promover o desenvolvimento regional sustentável.

Os associados devem usufruir o máximo dos produtos e serviços da cooperativa que fazem parte, assim contribuem para o desenvolvimentos e fortalecimento da cooperativa, o associado desfrutando da cooperativa gera receita e, conseqüentemente, sobras, sendo que a mesma volta para o associado.

As receitas totais são separadas entre rendas administrativas financeiras e outras operações, rendas de operações de crédito e outros títulos e rendas com produtos e serviços, sendo em 2014 de R\$ 175.003 milhões, em 2015 de R\$ 231.597 milhões, 2016 de R\$ 279.396 e em 2017 de R\$ 278.619 milhões, em todos os anos apresentando acréscimos de 32% e 21% e apenas no ano de 2017 ouve uma queda menor que 1%, proporcional ao ano anterior, contudo a cooperativa sempre gerou sobras nos anos analisados.

As despesas totais englobam as despesas operacionais e tributárias, as despesas administrativas, as despesas de captação e as provisões de operações de crédito. As despesas foram respectivamente em 2014 R\$ 145.355 milhões, em 2015 de R\$ 194.599 milhões em 2016 de R\$ 236.495 milhões e em 2017 de R\$ 227.217 milhões. O crescimento foi de 34% e 22% e nas despesas ouve no último ano uma queda de 4% das despesas, proporcional ao ano anterior.

Os resultado do exercício antes das destinações ou seja as sobras, que são respectivamente em 2014 de R\$ 29.648 milhões, em 2015 de R\$ 36.998 milhões, em 2016 de R\$ 42.901 milhões e em 2017 de R\$ 51.402 milhões, representando aumentos de 25%, de 16% e 20% proporcional ao ano anterior.



Os resultados são destinados conforme determina o estatuto da cooperativa e suas destinações legais. Como sequência dos resultados antes das destinações são reservados os valores aos juros pagos ao capital, fundo de reservas e FATES, o restante são as sobras à disposição da AGO.

Os juros são pagos anualmente no final de cada exercício social. Os juros pagos ao capital próprio no ano de 2014 foram de 17%, em 2015 o percentual foi de 21%, em 2016 de 22% e, em 2017 de 18%.

O percentual destinado para o fundo de reserva de é de 65% conforme estatuto social da cooperativa, este fundo destina-se a atender o desenvolvimento da cooperativa, desenvolvimento este onde a cooperativa perceba a necessidade de investimento para o seu crescimento e reparar eventuais perdas que podem ocorrer na cooperativa.

O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES é um fundo que destina investimentos beneficiando aos associados, seus familiares e colaboradores da cooperativa. O percentual para o FATES conforme estatuto social da cooperativa, é de 10% dos resultados, é proveniente dos resultados líquidos e de todo o resultado líquido das operações realizadas com não associados.

Todas as destinações dos fundos apresentados são aprovados em assembleia geral pelos associados, da mesma forma que na assembleia é realizada a prestação de contas da cooperativa. Os fundos que foram apresentados são obrigatórios conforme legislação cooperativista.

A distribuição dos resultados que ficou à disposição da AGO foi em 2014 R\$ 5.729 milhões, em 2015 de R\$ 6.695 milhões, em 2016 de R\$ 7.922 milhões e em 2017 de R\$ 10.535 milhões, sendo assim apresenta aumento de 17%, 18% e 33% percentuais referente ao ano anterior. A distribuição dos resultados ocorre anualmente sempre após a AGO.

A proposta de destinação das sobras, apresentada e aprovada na Assembleia Geral Ordinária (AGO) pelos associados, motiva a maneira como serão rateadas as sobras, as mesmas são creditadas junto a quota capital, baseado na proporção operações de cada associado realizou ou manteve com a cooperativa.

O crescimento dos resultados antes das destinações é significativo, o ano de 2015 em relação de 2014 teve um aumento de 25%, em 2016 com relação a 2015 o acréscimo foi de 16% e em 2017 em relação a 2016 o avanço foi de 20%, ainda pode-se observar que em relação ao ano de 2014 e 2017 o crescimento foi de 73%,

portanto cooperativa de crédito no período estudado apresentou apenas resultados positivos e ainda demonstra que a mesma vem aumentando a cada ano.

## 5 CONCLUSÃO

A presente pesquisa buscou apresentar a formação e distribuição dos resultados de uma Cooperativa de Crédito. O objetivo deste trabalho foi verificar como são formados e distribuídos os resultados de uma cooperativa de crédito do Rio Grande do Sul no decorrer de últimos quatro exercícios sociais 2014 a 2017.

Esta pesquisa apresentou o Sistema Financeiro Nacional, o histórico sobre cooperativismo, as cooperativas de crédito e sua importância para a sociedade e seus princípios, abordado ainda os resultados, com foco em sua formação e distribuição, apresentou as demonstrações contábeis utilizadas pelas cooperativas, aborda levemente sobre as análises horizontal e Vertical.

As cooperativas de crédito tiveram um avanço muito grande nos últimos anos atuando intensamente no consentimento de crédito e ocupando um maior espaço no mercado financeiro. São diferenciadas dos bancos por oferecerem alguns benefícios aos associados, como distribuição das sobras e uma menor taxa de juro e por terem um atendimento diferenciado dos bancos privados.

Como sociedade de pessoas e sem fins lucrativos, as cooperativas de crédito buscam cada vez mais um aumento de suas sobras para promover o crescimento econômico de seus associados que levaria uma remuneração aos associados através das sobras, as cooperativas são constituídas para captar dinheiro, oferecer empréstimos e prestar serviços de natureza bancária, demandados por seus associados.

As cooperativas de crédito se destacam através da sua forma de constituição, com modelo agregador de renda para seus associados e a comunidade, sendo fiscalizada pelos próprios associados visando seu pleno funcionamento e bem estar comum. As decisões da cooperativa são aprovadas em assembleia, assim como a proposta de distribuição dos resultados. Os associados possuem participação nas decisões da cooperativa, onde cada pessoa representa um voto.

Os resultados são os recursos não utilizados pela cooperativa, as receitas deduzidas das despesas, os quais retornam aos seus associados na proporção da utilização dos produtos e serviços oferecidos pela cooperativa. Para que a cooperativa obtenha resultado é necessário que os associados tenham o conhecimento da importância de utilizarem os produtos e serviços da cooperativa

que fazem parte e usufruam ao máximo dos mesmos. Os associados devem adotar a cooperativa como sendo sua, usufruindo dos produtos e serviços, conforme suas necessidades e exercendo seus direitos e deveres como donos.

No estudo de caso abordou-se todas as fases da destinação dos resultados desde sua formação até as destinações obrigatórias e como esses resultados chegam a seus associados. Os resultados são formados pelos ingressos diminuídos seus dispêndios. Como foi demonstrado os juros pagos sobre o capital o percentual em 2014, 2015, 2016 e 2017 correspondem a 17%, 21%, 22% e 18% respectivamente sobre o resultado antes de suas destinações obrigatórias. A partir disto são realizadas as destinações para os fundos obrigatórios estes estabelecidos por estatuto social da cooperativa, sendo que na cooperativa em estudo os percentuais são 65% para o fundo de reserva e para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES) o percentual é de 10%. O restante do resultado fica à disposição dos associados para decidirem o que será feito, a decisão é realizada através da assembleia geral ordinária. Os resultados são distribuídos entre os cooperados onde é proporcional a movimentação do associado com a cooperativa, seu crédito ocorre em sua conta na quota capital. Contudo pode-se notar que as sobras da cooperativa em relação ao primeiro exercício social em estudo 2014 e o último exercício social 2017 a cooperativa aumentou em 73% em seu resultado, sendo que no ano de 2014 as sobras antes da destinação representa R\$ 29.648 milhões e em 2017 representa R\$ 51.402 milhões.

Vale ressaltar a importância do associado acompanhar a gestão da cooperativa, perceber o importante papel que a cooperativa possui na sociedade como instrumento de crescimento e desenvolvimento sustentável, o associado se sentir parte da cooperativa e perceber o papel importante que o mesmo possui ao utilizar os produtos e serviços que sua cooperativa oferece.

O presente estudo alcança seus objetivos, apresentando a formação e distribuição dos resultados na cooperativa estudada, oferecendo uma melhor interpretação referente aos resultados nas cooperativas, contribuindo aos interessados do cooperativismo.

O tema proposto na pesquisa possibilita aos leitores e interessados no assunto ampliar o entendimento em relação a formação e distribuição dos resultados, entre eles as sobras e os fundos obrigatórios tais como as reservas e o FATES.

As dificuldades encontradas deste estudo foram as referências bibliográficas por não localizar bibliografia recente sobre o tema proposto. Como sugestão de estudos futuros pode-se verificar que pode utilizar como continuação do tema quais são os produtos ou serviços que possuem maior influência para a distribuição das sobras para os associados.

## REFERÊNCIAS

- ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico - financeiro**. 10. ed. São Paulo: Atlas Sa, 2012.
- BLATT, Adriano. **Análise de balanço: estrutura e avaliação das demonstrações financeiras e contábeis**. São Paulo: Pearson Makron Books, 2001. Disponível em: <<https://bv4.digitalpages.com.br/?page=3&ion=0#/sso/ucs/bdfbe1736fb9fde356956d065a17cb5de2237b3d/54f96d6ae55d4f9c52d298af1d6407f3>>. Acesso em: 17 out. 2018.
- BORTOLI, Adriana de. **Formação e distribuição das sobras numa cooperativa de crédito na cidade de Carlos Barbosa - RS**. 2016. Disponível em: <[https://repositorio.ucs.br/xmlui/bitstream/handle/11338/1764/TCC Adriana de Bortoli.pdf](https://repositorio.ucs.br/xmlui/bitstream/handle/11338/1764/TCC%20Adriana%20de%20Bortoli.pdf)>. Acesso em: 28 ago. 2018
- BRASIL, Banco Central do. **Elaboração e Publicação das Demonstrações Financeiras**. 2018. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/aplica/cosif>>. Acesso em: 14 jun. 2018.
- BRASIL, Banco Central do. **Resolução 2.788/00 Dispõe sobre a constituição e o funcionamento de bancos comerciais e bancos múltiplos sob controle acionário de cooperativas centrais de crédito**. 2000. Disponível em: <[http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/47229/Res\\_2788\\_v1\\_O.pdf](http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/47229/Res_2788_v1_O.pdf)>. Acesso em: 30 maio 2018.
- BRASIL, Lei Nº 5.764. **LEI Nº 5.764/71: Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências**. 1971. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L5764.HTM](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5764.HTM)>. Acesso em: 18 abr. 2018.
- BRASIL. Banco Central do. **O que é cooperativa de crédito**. 2018. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pre/composicao/coopcred.asp>>. Acesso em: 08 abr. 2018.
- BRASIL. **Constituição Federal**. 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 11 abr. 2018.
- BRASIL. **Lei Complementar Nº 130, de 17 de abril de 2009**. 2009. Disponível em: <[http://www.sicrediserranars.com.br/anexos/gestao/13-sicredi.gestao.lc\\_130\\_2009.pdf](http://www.sicrediserranars.com.br/anexos/gestao/13-sicredi.gestao.lc_130_2009.pdf)>. Acesso em: 23 out. 2018
- BRASIL. **Lei Nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964**. 1974. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4595.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4595.htm)>. Acesso em: 12 abr. 2018.
- CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.. **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2002.
- CONTABILIDADE, Conselho Federal de. **NBC TG 1000 (R1)**. 2016. Disponível em: <[http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG1000\(R1\).pdf](http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG1000(R1).pdf)>. Acesso em: 30 maio 2018

CONTABILIDADE, Conselho Federal de. **ITG 2000 (R1)**: entidade sem finalidade de lucro. 2015. Disponível em: <[http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes\\_sre.aspx?codigo=2015/ITG2002\(R1\)](http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?codigo=2015/ITG2002(R1))>. Acesso em: 24 maio 2018.

FINANCEIRO, Portal do Cooperativismo. **Por que escolher uma cooperativa financeira ao invés de um banco**. 2018. Disponível em: <<http://cooperativismodecredito.coop.br/cooperativismo/o-que-e-uma-cooperativa-de-credito-2/por-que-escolher-uma-cooperativa-financeira-ao-inves-de-um-banco/>>. Acesso em: 07 abr. 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas Sa, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas Sa, 2011.

IRION, Dr. João Eduardo. **Cooperativismo e Economia Social**: a prática do cooperativismo como alternativa para uma economia centrada no trabalho e no homem. São Paulo: Editora STS, 1997.

IUDÍCIBUS, Sergio de. **Análise de balanços**. 10. ed. São Paulo: Atlas Sa, 2009.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de Metodologia Científica**: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 21.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

PAGNUSSATT, Alcenor. **Guia do Cooperativismo de Crédito**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2004.

POLONIO, Wilson Alves. **Manual das Sociedades Cooperativas**. 3. ed. São Paulo: Atlas Sa, 2001.

SANTOS, Ariovaldo dos; GOUVEIA, Fernando Henrique Câmara; VIEIRA, Patricia dos Santos. **Contabilidade das sociedades cooperativas**: aspectos gerais e prestação de contas. São Paulo: Atlas, 2008.

SCHARDONG, Ademar. **Cooperativa de Crédito**: Instrumento de organização econômica da sociedade. Porto Alegre: Riegel, 2003.

SERRANA, Sicredi. **Demonstrativos contábeis**. 2014. Disponível em: <<http://www.sicrediserranars.com.br/anexos/gestao/37-sicredi.gestao.balan-o-sicredi-serrana-rs-2014.pdf>>. Acesso em: 04 set. 2018

SERRANA, Sicredi. **Demonstrativos contábeis**. 2015. Disponível em: <<http://www.sicrediserranars.com.br/anexos/gestao/40-sicredi.gestao.41-sicredigestao38-sicredi-assemblear-relato-rio.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2018.

SERRANA, Sicredi. **Demonstrativos contábeis**. 2015. Disponível em: <<http://www.sicrediserranars.com.br/anexos/gestao/40-sicredi.gestao.41-sicredigestao38-sicredi-assemblear-relato-rio.pdf>>. Acesso em: 08 set. 2018.

SERRANA, Sicredi. **Demonstrativos contábeis**. 2017. Disponível em: <<http://www.sicrediserranars.com.br/anexos/gestao/48-sicredi.gestao.balanco-2017-sicredi-serrana.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2018.

SICREDI, Fundação. **Cooperativismo de Crédito**: contribuindo para o crescimento coletivo. 4. ed. Porto Alegre: Fundação Sicredi, 2011.



**LISTA DE ANEXOS**

ANEXO A – DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS 2014 .....	73
ANEXO B – DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS 2015 .....	74
ANEXO C – DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS 2016 .....	75
ANEXO D – DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS 2017 .....	76

## ANEXO A – DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS 2014

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS - (Em milhares de Reais)									
Descrição das contas	Resolução CFC Nr.1.013/05 01/07/2014 a 31/12/2014			Resolução CFC Nr.1.013/05 01/01/2014 a 31/12/2014			Resolução CFC Nr.1.013/05 01/01/2013 a 31/12/2013		
	Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
<b>INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>49.893</b>	<b>1</b>	<b>49.894</b>	<b>94.433</b>	<b>1</b>	<b>94.434</b>	<b>71.468</b>	<b>2</b>	<b>71.470</b>
Operações de Crédito	47.989	1	47.990	92.260	1	92.261	71.465	2	71.467
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	1.903	-	1.903	2.171	-	2.171	2	-	2
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Resultado das Aplicações Compulsórias	1	-	1	1	-	1	-	-	-
<b>DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(41.069)</b>	<b>(291)</b>	<b>(41.360)</b>	<b>(74.002)</b>	<b>(469)</b>	<b>(74.471)</b>	<b>(46.229)</b>	<b>(283)</b>	<b>(46.512)</b>
Operações de Captação no Mercado	(30.061)	(38)	(30.099)	(54.478)	(39)	(54.517)	(32.627)	-	(32.627)
Operações de Empréstimos e Repasses	(3.428)	(253)	(3.681)	(6.226)	(430)	(6.656)	(4.592)	(283)	(4.875)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(7.580)	-	(7.580)	(13.298)	-	(13.298)	(9.010)	-	(9.010)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>8.824</b>	<b>(290)</b>	<b>8.534</b>	<b>20.431</b>	<b>(468)</b>	<b>19.963</b>	<b>25.239</b>	<b>(281)</b>	<b>24.958</b>
<b>OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>3.115</b>	<b>4.795</b>	<b>7.910</b>	<b>3.125</b>	<b>7.364</b>	<b>10.489</b>	<b>(9.032)</b>	<b>3.533</b>	<b>(5.499)</b>
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	4.810	5.371	10.181	9.102	9.190	18.292	7.901	7.094	14.995
Rendas de Tarifas Bancárias	2.785	-	2.785	5.666	-	5.666	4.650	1	4.651
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(15.096)	(1.121)	(16.217)	(28.916)	(1.987)	(30.903)	(24.868)	(1.535)	(26.403)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(9.813)	(2.050)	(11.863)	(18.704)	(3.720)	(22.424)	(16.417)	(2.896)	(19.313)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(6)	(247)	(253)	(44)	(424)	(468)	(28)	(317)	(345)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 20)	28.511	3.243	31.754	51.570	5.041	56.611	33.695	1.776	35.471
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	(8.076)	(401)	(8.477)	(15.549)	(736)	(16.285)	(13.965)	(590)	(14.555)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>11.939</b>	<b>4.505</b>	<b>16.444</b>	<b>23.556</b>	<b>6.896</b>	<b>30.452</b>	<b>16.207</b>	<b>3.252</b>	<b>19.459</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	<b>29</b>	<b>52</b>	<b>81</b>	<b>330</b>	<b>70</b>	<b>400</b>	<b>46</b>	<b>(2)</b>	<b>44</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	<b>11.968</b>	<b>4.557</b>	<b>16.525</b>	<b>23.886</b>	<b>6.966</b>	<b>30.852</b>	<b>16.253</b>	<b>3.250</b>	<b>19.503</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>-</b>	<b>(292)</b>	<b>(292)</b>	<b>-</b>	<b>(1.204)</b>	<b>(1,204)</b>	<b>-</b>	<b>(1,222)</b>	<b>(1,222)</b>
Provisão para Imposto de Renda	-	(171)	(171)	-	(733)	(733)	-	(740)	(740)
Provisão para Contribuição Social	-	(121)	(121)	-	(471)	(471)	-	(482)	(482)
<b>RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b>	<b>11.968</b>	<b>4.265</b>	<b>16.233</b>	<b>23.886</b>	<b>5.762</b>	<b>29.648</b>	<b>16.253</b>	<b>2,028</b>	<b>18.281</b>
<b>RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5,762</b>	<b>(5,762)</b>	<b>-</b>	<b>2,028</b>	<b>(2,028)</b>	<b>-</b>
<b>SOBRAS OU PERDAS DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES</b>	<b>11.968</b>	<b>4.265</b>	<b>16.233</b>	<b>29.648</b>	<b>-</b>	<b>29.648</b>	<b>18.281</b>	<b>-</b>	<b>18.281</b>
<b>DESTINAÇÕES</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(23,919)</b>	<b>-</b>	<b>(23,919)</b>	<b>(15,082)</b>	<b>-</b>	<b>(15,082)</b>
Juros sobre o Capital Próprio (Nota 19)	-	-	-	(5.050)	-	(5.050)	(4.018)	-	(4.018)
Fates - Estatutário (Nota 19)	-	-	-	(2.292)	-	(2.292)	(1.280)	-	(1.280)
Reserva Legal - Estatutária (Nota 19)	-	-	-	(14.894)	-	(14.894)	(8.318)	-	(8.318)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(1.683)	-	(1.683)	(1.466)	-	(1.466)
<b>SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5,729</b>	<b>-</b>	<b>5,729</b>	<b>3,199</b>	<b>-</b>	<b>3,199</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Fonte: Sicredi Serrana

## ANEXO B – DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS 2015

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS  
(Em milhares de Reais)Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Carlos Barbosa - Sicredi Serrana RS  
CNPJ/MF nº 90.608.712/0001-80

Descrição das contas	Resolução CFC Nr.1.013/05			Cosif			Resolução CFC Nr.1.013/05			Cosif		
	01/07/2015 a 31/12/2015			01/01/2015 a 31/12/2015			01/01/2014 a 31/12/2014 (Reapresentado)					
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
<b>INGRESSO E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>61.425</b>	<b>-</b>	<b>61.425</b>	<b>117.364</b>	<b>-</b>	<b>117.364</b>	<b>94.433</b>	<b>1</b>	<b>94.434</b>			
Operações de Crédito	57.429	-	57.429	109.755	-	109.755	92.260	1	92.261			
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	3.996	-	3.996	7.609	-	7.609	2.171	-	2.171			
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	-	-	-	1	-	1			
Resultado das Aplicações Computacionais	-	-	-	-	-	-	1	-	1			
<b>DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>[64.103]</b>	<b>[392]</b>	<b>[64.495]</b>	<b>[110.263]</b>	<b>[637]</b>	<b>[110.900]</b>	<b>[74.002]</b>	<b>[469]</b>	<b>[74.471]</b>			
Operações de Captação no Mercado	[46.987]	[43]	[47.032]	[81.754]	[76]	[81.830]	[54.478]	[39]	[54.517]			
Operações de Empréstimos e Repasses	[4.743]	[347]	[5.090]	[8.435]	[561]	[8.996]	[6.126]	[430]	[6.656]			
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	[12.373]	-	[12.373]	[20.074]	-	[20.074]	[13.298]	-	[13.298]			
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>[2.678]</b>	<b>[392]</b>	<b>[3.070]</b>	<b>7.101</b>	<b>[637]</b>	<b>6.464</b>	<b>20.431</b>	<b>[468]</b>	<b>19.963</b>			
<b>OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>16.094</b>	<b>6.581</b>	<b>22.675</b>	<b>20.947</b>	<b>10.495</b>	<b>31.442</b>	<b>3.125</b>	<b>6.450</b>	<b>9.575</b>			
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	5.272	5.674	10.946	9.793	10.028	19.781	9.102	9.190	18.292			
Rendas de Tarifas Bancárias	3.137	-	3.137	6.234	-	6.234	5.666	-	5.666			
Dispêndios e Despesas de Pessoal	[19.547]	[1.408]	[19.955]	[33.932]	[2.286]	[36.218]	[28.916]	[1.987]	[30.903]			
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	[11.784]	[1.988]	[13.772]	[22.861]	[2.632]	[25.493]	[18.704]	[3.720]	[22.424]			
Dispêndios e Despesas Tributárias	[45]	[265]	[310]	[98]	[475]	[573]	[44]	[624]	[668]			
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	46.122	4.705	50.827	80.359	6.711	87.070	51.570	4.127	55.697			
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	[10.091]	[594]	[10.685]	[18.548]	[851]	[19.399]	[15.548]	[736]	[16.285]			
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>13.416</b>	<b>6.189</b>	<b>19.605</b>	<b>28.048</b>	<b>9.858</b>	<b>37.906</b>	<b>23.556</b>	<b>5.982</b>	<b>29.538</b>			
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	<b>[276]</b>	<b>[6]</b>	<b>[282]</b>	<b>[232]</b>	<b>[6]</b>	<b>[238]</b>	<b>330</b>	<b>70</b>	<b>400</b>			
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	<b>13.140</b>	<b>6.183</b>	<b>19.323</b>	<b>27.816</b>	<b>9.852</b>	<b>37.668</b>	<b>23.886</b>	<b>6.052</b>	<b>29.938</b>			
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>[670]</b>	<b>[670]</b>	<b>-</b>	<b>[290]</b>	<b>[290]</b>			
Provisão para Imposto de Renda	-	-	-	-	[404]	[404]	-	[171]	[171]			
Provisão para Contribuição Social	-	-	-	-	[266]	[266]	-	[119]	[119]			
<b>RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b>	<b>13.140</b>	<b>6.183</b>	<b>19.323</b>	<b>27.816</b>	<b>9.182</b>	<b>36.998</b>	<b>23.886</b>	<b>5.762</b>	<b>29.648</b>			
<b>RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>9.182</b>	<b>[9.182]</b>	<b>-</b>	<b>5.762</b>	<b>[5.762]</b>	<b>-</b>			
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES</b>	<b>13.140</b>	<b>6.183</b>	<b>19.323</b>	<b>36.998</b>	<b>-</b>	<b>36.998</b>	<b>29.648</b>	<b>-</b>	<b>29.648</b>			
<b>DESTINAÇÕES</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>[30.383]</b>	<b>-</b>	<b>[30.383]</b>	<b>[23.919]</b>	<b>-</b>	<b>[23.919]</b>			
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	[7.633]	-	[7.633]	[5.050]	-	[5.050]			
Fetes - Estatutário	-	-	-	[2.678]	-	[2.678]	[2.292]	-	[2.292]			
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	[17.407]	-	[17.407]	[14.894]	-	[14.894]			
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	[2.593]	-	[2.593]	[1.683]	-	[1.683]			
<b>SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6.695</b>	<b>-</b>	<b>6.695</b>	<b>5.729</b>	<b>-</b>	<b>5.729</b>			

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Fonte: Sicredi Serrana

## ANEXO C – DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS 2016

**DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS (Em milhares de Reais)**

Descrição das contas	01/07/2016 a 31/12/2016 (Não Auditado)			01/01/2016 a 31/12/2016			01/01/2015 a 31/12/2015 (Reapresentado)		
	Ato		Total	Ato		Total	Ato		Total
	Cooperativo	Cooperativo		Cooperativo	Cooperativo		Cooperativo	Cooperativo	
<b>INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>76.007</b>	-	<b>76.007</b>	<b>146.392</b>	-	<b>146.392</b>	<b>117.364</b>	-	<b>117.364</b>
Operações de Crédito	62.026	-	62.026	121.992	-	121.992	109.755	-	109.755
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	13.981	-	13.981	24.400	-	24.400	7.609	-	7.609
<b>DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(70.137)</b>	<b>(417)</b>	<b>(70.554)</b>	<b>(137.357)</b>	<b>(669)</b>	<b>(138.026)</b>	<b>(110.263)</b>	<b>(637)</b>	<b>(110.900)</b>
Operações de Captação no Mercado	(56.597)	(48)	(56.645)	(107.395)	(78)	(107.473)	(81.754)	(76)	(81.830)
Operações de Empréstimos e Repasses	(5.691)	(369)	(6.060)	(10.861)	(591)	(11.452)	(8.435)	(561)	(8.996)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(7.849)	-	(7.849)	(19.101)	-	(19.101)	(20.074)	-	(20.074)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>5.870</b>	<b>(417)</b>	<b>5.453</b>	<b>9.035</b>	<b>(669)</b>	<b>8.366</b>	<b>7.101</b>	<b>(637)</b>	<b>6.464</b>
<b>OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/ DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>11.990</b>	<b>4.828</b>	<b>16.818</b>	<b>24.430</b>	<b>9.594</b>	<b>34.024</b>	<b>20.947</b>	<b>10.495</b>	<b>31.442</b>
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	6.547	8.110	14.657	12.430	15.380	27.810	9.461	10.028	19.489
Rendas de Tarifas Bancárias	4.002	-	4.002	7.586	-	7.586	6.526	-	6.526
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(21.738)	(1.438)	(23.176)	(40.824)	(2.251)	(43.075)	(33.932)	(2.286)	(36.218)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 20)	(13.530)	(1.445)	(14.975)	(26.570)	(2.541)	(29.111)	(22.861)	(2.632)	(25.493)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(61)	(394)	(455)	(110)	(744)	(854)	(58)	(475)	(533)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 21)	52.908	546	53.454	96.916	692	97.608	80.359	6.711	87.070
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 22)	(16.138)	(551)	(16.689)	(24.998)	(942)	(25.940)	(18.548)	(851)	(19.399)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>17.860</b>	<b>4.411</b>	<b>22.271</b>	<b>33.465</b>	<b>8.925</b>	<b>42.390</b>	<b>28.048</b>	<b>9.858</b>	<b>37.906</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	<b>424</b>	<b>10</b>	<b>434</b>	<b>502</b>	<b>9</b>	<b>511</b>	<b>(232)</b>	<b>(6)</b>	<b>(238)</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	<b>18.284</b>	<b>4.421</b>	<b>22.705</b>	<b>33.967</b>	<b>8.934</b>	<b>42.901</b>	<b>27.816</b>	<b>9.852</b>	<b>37.668</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	-	<b>1.795</b>	<b>1.795</b>	-	-	-	-	<b>(670)</b>	<b>(670)</b>
Provisão para Imposto de Renda	-	1.059	1.059	-	-	-	-	(404)	(404)
Provisão para Contribuição Social	-	736	736	-	-	-	-	(266)	(266)
<b>RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b>	<b>18.284</b>	<b>6.216</b>	<b>24.500</b>	<b>33.967</b>	<b>8.934</b>	<b>42.901</b>	<b>27.816</b>	<b>9.182</b>	<b>36.998</b>
<b>RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b>	-	-	-	<b>8.934</b>	<b>(8.934)</b>	-	<b>9.182</b>	<b>(9.182)</b>	-
<b>RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES</b>	<b>18.284</b>	<b>6.216</b>	<b>24.500</b>	<b>42.901</b>	-	<b>42.901</b>	<b>36.998</b>	-	<b>36.998</b>
<b>DESTINAÇÕES</b>	-	-	-	<b>(34.979)</b>	-	<b>(34.979)</b>	<b>(30.303)</b>	-	<b>(30.303)</b>
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(9.373)	-	(9.373)	(7.625)	-	(7.625)
Fates - Estatutário	-	-	-	(3.169)	-	(3.169)	(2.678)	-	(2.678)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(20.596)	-	(20.596)	(17.407)	-	(17.407)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(1.841)	-	(1.841)	(2.593)	-	(2.593)
<b>SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO</b>	-	-	-	<b>7.922</b>	-	<b>7.922</b>	<b>6.695</b>	-	<b>6.695</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



## ANEXO D – DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS 2017

**DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS (Em milhares de Reais)**

Descrição das contas	01/07/2017 a 31/12/2017 (Não Auditado)			01/01/2017 a 31/12/2017			01/01/2016 a 31/12/2016 (Reapresentado)		
	Ato		Total	Ato		Total	Ato		Total
	Cooperativo	Cooperativo		Cooperativo	Cooperativo		Cooperativo	Cooperativo	
<b>INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>72.593</b>	-	<b>72.593</b>	<b>148.933</b>	-	<b>148.933</b>	<b>146.392</b>	-	<b>146.392</b>
Operações de Crédito	63.358	-	63.358	126.897	-	126.897	121.992	-	121.992
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	9.235	-	9.235	22.036	-	22.036	24.400	-	24.400
<b>DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(52.598)</b>	<b>(623)</b>	<b>(53.221)</b>	<b>(116.585)</b>	<b>(1.053)</b>	<b>(117.638)</b>	<b>(136.454)</b>	<b>(669)</b>	<b>(137.123)</b>
Operações de Captação no Mercado	(41.330)	(86)	(41.416)	(93.741)	(148)	(93.889)	(107.395)	(78)	(107.473)
Operações de Empréstimos e Repasses	(5.536)	(537)	(6.073)	(10.672)	(905)	(11.577)	(10.861)	(591)	(11.452)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(5.732)	-	(5.732)	(12.172)	-	(12.172)	(18.198)	-	(18.198)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>19.995</b>	<b>(623)</b>	<b>19.372</b>	<b>32.348</b>	<b>(1.053)</b>	<b>31.295</b>	<b>9.938</b>	<b>(669)</b>	<b>9.269</b>
<b>OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/</b>									
<b>DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>600</b>	<b>5.768</b>	<b>6.368</b>	<b>9.374</b>	<b>10.883</b>	<b>20.257</b>	<b>23.527</b>	<b>9.594</b>	<b>33.121</b>
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	8.224	11.282	19.506	15.119	20.599	35.718	12.430	15.380	27.810
Rendas de Tarifas Bancárias	4.796	-	4.796	8.955	-	8.955	7.586	-	7.586
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(23.495)	(2.315)	(25.810)	(45.599)	(3.906)	(49.505)	(40.824)	(2.251)	(43.075)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 20)	(14.732)	(2.146)	(16.878)	(28.172)	(3.800)	(31.972)	(25.935)	(2.541)	(28.476)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(26)	(545)	(571)	(90)	(999)	(1.089)	(110)	(744)	(854)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 21)	38.829	379	39.208	84.588	425	85.013	96.916	692	97.608
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 22)	(12.996)	(887)	(13.883)	(25.427)	(1.436)	(26.863)	(26.536)	(942)	(27.478)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>20.595</b>	<b>5.145</b>	<b>25.740</b>	<b>41.722</b>	<b>9.830</b>	<b>51.552</b>	<b>33.465</b>	<b>8.925</b>	<b>42.390</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	<b>41</b>	<b>9</b>	<b>50</b>	<b>90</b>	<b>10</b>	<b>100</b>	<b>502</b>	<b>9</b>	<b>511</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	<b>20.636</b>	<b>5.154</b>	<b>25.790</b>	<b>41.812</b>	<b>9.840</b>	<b>51.652</b>	<b>33.967</b>	<b>8.934</b>	<b>42.901</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	-	<b>1.348</b>	<b>1.348</b>	-	<b>(250)</b>	<b>(250)</b>	-	-	-
Provisão para Imposto de Renda	-	801	801	-	(139)	(139)	-	-	-
Provisão para Contribuição Social	-	547	547	-	(111)	(111)	-	-	-
<b>RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b>	<b>20.636</b>	<b>6.502</b>	<b>27.138</b>	<b>41.812</b>	<b>9.590</b>	<b>51.402</b>	<b>33.967</b>	<b>8.934</b>	<b>42.901</b>
<b>RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b>	-	-	-	<b>9.590</b>	<b>(9.590)</b>	-	<b>8.934</b>	<b>(8.934)</b>	-
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES</b>	<b>20.636</b>	<b>6.502</b>	<b>27.138</b>	<b>51.402</b>	-	<b>51.402</b>	<b>42.901</b>	-	<b>42.901</b>
<b>DESTINAÇÕES</b>	-	-	-	<b>(40.867)</b>	-	<b>(40.867)</b>	<b>(34.979)</b>	-	<b>(34.979)</b>
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(9.263)	-	(9.263)	(9.373)	-	(9.373)
Fates - Estatutário	-	-	-	(4.214)	-	(4.214)	(3.169)	-	(3.169)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(27.390)	-	(27.390)	(20.596)	-	(20.596)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	-	-	-	(1.841)	-	(1.841)
<b>SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO</b>	-	-	-	<b>10.535</b>	-	<b>10.535</b>	<b>7.922</b>	-	<b>7.922</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Fonte: Sicredi Serrana